PROT-NORTE

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
DA
REGIÃO DO NORTE

PROGRAMA DE EXECUÇÃO

JULHO DE 2009

PROGRAMA DE EXECUÇÃO

ÍNDICE

Nota Introdutória 4
Glossário 6
01. Governança 8
02. Inovação e Competitividade 9
03. Articulações Transfronteiriças e Inter-regionais 10
1. Sistema de Estruturação Funcional 13
1.1. Sistema Urbano 13
1.3. Mobilidade, Transportes e Acessibilidades 16
1.3 Infra-estruturas e Redes de TIC 35
1.4. Sustentabilidade Energética 39
1.5 Ordenamento e Planeamento do Território 43
2. Sistema Biofísico e Patrimonial 49
2.1. Protecção e Valorização Ambiental 49
2.2 Património Histórico e Cultural 55
2.3. Sustentabilidade Hídrica 67
2.4. Faixa Litoral 69
2.5. Riscos Naturais e Tecnológicos 71
3. Sistema Produtivo 78
3.1. Recursos Geológicos e Hidrogeológicos 78
3.2. Agricultura e Floresta 81
3.3 Turismo 86

PROGRAMA DE EXECUÇÃO

Nota Introdutória

Nos termos do RJIGT, dos elementos que acompanham o plano regional de ordenamento do território faz parte um "programa de execução", *"contendo disposições indicativas sobre a realização das obras públicas a efectuar na região, bem como de outros objectivos e acções de interesse regional indicando as entidades responsáveis pela respectiva concretização"* (cf. nº 2, do artigo 54º do DL nº 380/99, na redacção do DL nº 316/2007, de 19 de Setembro).

O Programa de Execução constitui assim uma componente fundamental da operacionalização do próprio plano, pois é nele que se vão especificar as acções da Administração Pública que darão corpo à efectiva implementação do plano, assumindo-se como um corolário lógico, de índole executória, das Normas Orientadoras que estabelecem os objectivos, as orientações de politica e as directivas de actuação exigidas pelas opções estruturantes do plano.

Nestas condições, se por um lado se torna evidente a conveniência de este Programa se organizar de acordo com o "índice" e os conteúdos adoptados para as Normas Orientadoras, há que ter em conta a sua natureza específica e a sua finalidade principal, no sentido em que nem todas as orientações de politica e directivas se traduzem necessariamente em acções específicas individualizáveis. Daqui decorre naturalmente, em várias temáticas, um desfasamento claro entre o número e grau de desdobramento das acções e o grau de desenvolvimento das respectivas Normas Orientadoras, conduzindo inclusive à omissão de algumas temáticas no Programa de Execução.

Por outro lado, não surgindo o presente plano desenquadrado de outros instrumentos de gestão e intervenção no território que estabelecem ou prevêem acções com efeitos determinantes na configuração do modelo territorial preconizado (algumas das quais já em curso de realização), o presente Programa privilegiou as acções que decorrem das próprias opções de ordenamento adoptadas, ainda que integrando pontualmente acções já contempladas noutros instrumentos mas apenas nos casos de acções muito relevantes cujo grau de prioridade importa sobremaneira reforçar.

O conteúdo do Programa de Execução reflecte também a circunstância de, tratando-se de um plano de carácter estratégico e com um horizonte temporal de médio-prazo, não ser possível (nem eventualmente desejável) definir desde já todas as acções concretas necessárias à sua plena implementação, uma vez que a delineação de uma boa parte delas só poderá resultar da efectiva adopção e aplicação das orientações de politica e directivas de actuação estabelecidas nas Normas Orientadoras.

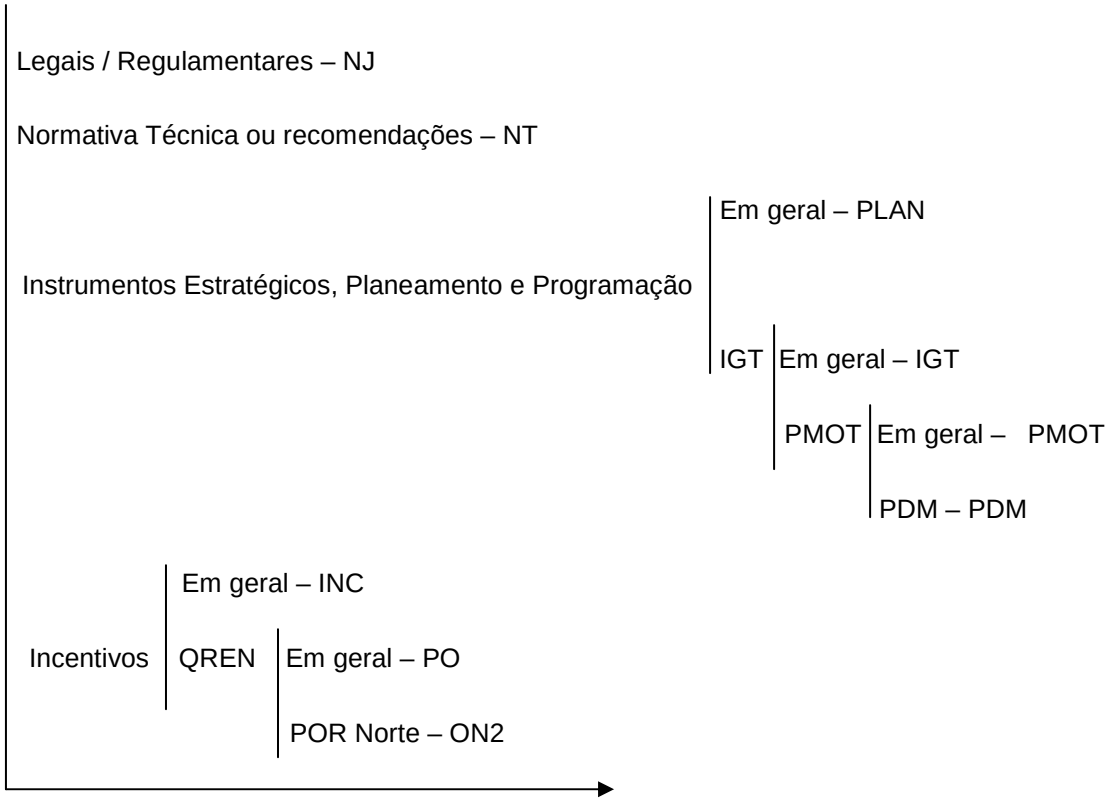
Finalmente, as mesmas razões antes aduzidas justificam ainda, individual ou conjuntamente, as situações em que das fichas das acções não constam a estimativa de custos e/ou a identificação das possíveis fontes de financiamento.

PROGRAMA DE EXECUÇÃO

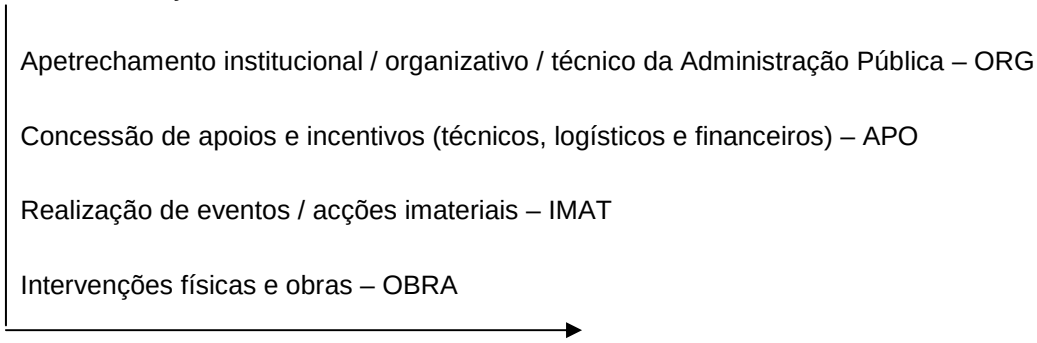
Glossário

1. Instrumentos

- Políticas Públicas – PP
- Instrumentos de Política – INST



- Formas de Execução – EXEC



2. Entidades Responsáveis

- AP – Administração Pública em geral
- AC – Administração Central em geral
- MUN – Municípios relevantes em cada caso
- CIM – Comunidades Intermunicipais relevantes em cada caso
- CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
- EMRDD – Estrutura de Missão para a Região Demarcada do Douro
- DGOTDU – Direcção Geral Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
- T.CTES – Tutela da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
- T.TUR – Tutela do Turismo
- T.ADRP – Tutela da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas
- T.OPTC – Tutela das Obras Públicas Transportes e Comunicações
- T.AOTDR – Tutela do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
- T.SAÚDE – Tutela da Saúde
- T.ECON.I – Tutela da Economia e Inovação
- T.AI – Tutela da Administração Interna
- T.CULT – Tutela da Cultura
- ESUP – Estabelecimentos de Ensino Superior
- ANPC – Autoridade Nacional de Protecção Civil
- ICT – Instituições de Investigação Científica e Tecnológica
- ARH – Administração da Região Hidrográfica do Norte
- INAG – Instituto Nacional da Água
- AMP – Área Metropolitana do Porto
- REFER – Rede Ferroviária
- RAVE – Rede de Alta Velocidade
- STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto
- ANA – Aeroportos e Navegação Aérea
- AMT – Autoridade Metropolitana de Transportes

Sempre que uma das siglas acima indicadas aparece sublinhada, significa que a entidade em causa para além de co-responsável na implementação da norma é a dinamizadora do processo (por exemplo – <u>MUN</u> – significa que os municípios relevantes, para além de responsáveis, são também os dinamizadores do processo)

01. Governança

Acção/ Projecto 0.1.1

Designação	Operacionalização do PROT
Descrição	Articular a implementação e monitorização do PROT com a forma de actuação da CCDR-N e com a sua orgânica de funcionamento, nomeadamente através da plena integração dos objectivos, orientações e acções previstas no sistema de Agendas Temáticas estabelecidas no âmbito do Pacto Regional para a Competitividade da Região do Norte.
Natureza da Acção	Apetrechamento institucional / organizativo / técnico da Administração Pública – ORG
Fundamentação	
Entidades Responsáveis	CCDR-N
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	12 meses
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	QREN; PIDDAC

02. Inovação e Competitividade

Acção/ Projecto 0.2.1

Designação	**INFRA-ESTRUTURAÇÃO DE ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL**
Descrição	Infraestruturar, a um nível de excelência, um conjunto seleccionado de áreas de acolhimento empresarial
Natureza da Acção	Obra
Fundamentação	Promover a infra-estruturação plena de pólos de competitividade e tecnologia e clusters regionais seleccionados (Parques de C&T, Pólos Logísticos e Parques Empresariais) e das suas envolventes territoriais, tornando-os atractivos para empresas de ponta e para os seus quadros, compensando as assimetrias infra-estruturais e aumentando a competitividade e atractividade do território.
Entidades Responsáveis	CCDR - Norte, Comunidades Urbanas, Associações de Municípios, Câmaras Municipais, Associações Empresariais, Parques de Ciência e Tecnologia, Operadores de Telecomunicações
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	36 meses
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	30.000.000 € QREN POR; PIDDAC; Entidades privadas

Acção/ Projecto 0.2.2

Designação	**ESTUDO DE SISTEMAS DE INCENTIVOS À ECO-EFICIÊNCIA INDUSTRIAL**
Descrição	Estudo de sistemas de incentivos e de critérios de licenciamento à atracção e localização de indústrias eco-eficientes nos parques empresariais da Região
Natureza da Acção	PLAN; INC
Fundamentação	Contributo operacional para o reforço da sustentabilidade ambiental da Região
Entidades Responsáveis	TAOTDR
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	2-3 anos
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	

03. Articulações Transfronteiriças e Inter-regionais

Acção/ Projecto 0.3.1

Designação	**Estruturar o Agrupamento de Cooperação Territorial (ACT) entre a Galiza e o Norte de Portugal**	
Descrição	Instalar e assegurar o funcionamento da valências técnicas da ACT Galiza/Norte, garantindo um funcionamento efectivo e permanente da Euro-região e a concretização dos planos de acção conjuntos	
Natureza da Acção	ORG; OBRA	
Fundamentação	Concretizar a existência efectiva da Euro-região Norte de Portugal/Galiza, através da valorização da ACT, recentemente constituída, e promover a execução de acções conjuntas, dentro do enquadramento do objectivo “Cooperação” da EU	
Entidades Responsáveis	CCDRN, Xunta de Galicia	
Grau de Prioridade	Prioridade 1	
Horizonte Temporal	3 anos	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€	QREN/PIDDAC/INTERREG

Acção/ Projecto 0.3.2

Designação	**Desenvolver a cooperação transfronteiriça no âmbito da Comunidade de Trabalho entre o Norte de Portugal e Castela e Leão**	
Descrição	Promover o funcionamento permanente e dinâmico da Comunidade de Trabalho NP/CL, através da actividade das suas Comissões Coordenadora e Sectoriais e da execução do Plano de acção conjunta de médio prazo, incluindo a sua permanente actualização	
Natureza da Acção	ORG; OBRA	
Fundamentação	Tendo a Comunidade de Trabalho NP/CL sido recentemente adaptada à Convenção Luso-espanhola sobre cooperação transfronteiriça, importa valorizar as novas competências e funções decorrentes deste Tratado e a experiência de mais de dez anos de acordos interregionais	
Entidades Responsáveis	CCDRN, com a Junta de Castela e Leão	
Grau de Prioridade	Prioridade 1	
Horizonte Temporal	3 anos	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€	PIDDAC/INTERREG

Acção/ Projecto 0.3.3

Designação	**Instalar Agrupamentos de Cooperação Territorial (ACT) nas associações de municípios fronteiriças com Castela e Leão**
Descrição	Apoiar e acompanhar a instalação dos ACT a constituir entre as associações municipais da Terra Fria Transmontana e do Douro Superior, com as províncias de Zamora e Salamanca, bem como a elaboração, aprovação e execução dos correspondentes Planos de Acção
Natureza da Acção	ORG
Fundamentação	Necessidade de instalar organismos de cooperação transfronteiriça de proximidade, numa zona raiana de baixa densidade e relativamente periférica das capitais regionais, onde mais se justifica a promoção conjunta dos recursos locais e a instalação de equipamentos e serviços de uso comum
Entidades Responsáveis	CCDRN; MUN, Diputaciones Provinciales de Zamora e Salamanca
Grau de Prioridade	Prioridade 2
Horizonte Temporal	3 anos
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€ PIDDAC e INTERRREG

Acção/ Projecto 0.3.4

Designação	**Estabelecer Planos de Gestão Conjunta para as Áreas Protegidas do Nordeste Transmontano e equivalentes transfronteiriças**
Descrição	Elaborar, aprovar e executar Planos de Gestão Transfronteiriços para os parques naturais da zona raiana do Nordeste Transmontano e de Castela e Leão (Montesinho/Samabria/S. Culebra e Douro Internacional/Arribes del Duero), assegurando que existe similitude ou articulação concertada no tratamento dos valores naturais de ambos os lados da fronteira
Natureza da Acção	PLAN
Fundamentação	Trata-se de espaços naturais com o mesmo enquadramento geográfico e ecológico (maxime no caso das arribas do Douro internacional) que devem ter objectivos e regras comuns quanto à protecção dos valores naturais, o tratamento da fauna e da flora e as acções antrópicas, à semelhança do que já sucede no Gerês/Xurês.
Entidades Responsáveis	ICNB e CCDRN, com a Junta de Castela e Leão
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	15 meses
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€ PIDDAC/INTERRREG

Acção/ Projecto 0.3.5

Designação	**Sistema de informação rápida e coordenação transfronteiriça em situações de emergência**
Descrição	Estabelecer uma organização interregional do Norte de Portugal com a Galiza e com Castela e Leão para a comunicação directa e rápida de informações sobre situações de emergência hídrica (cheias e secas), viária, tecnológica (acidentes industriais e de incêndios florestais em zonas raianas, para a adopção de medidas coordenadas na sua resolução
Natureza da Acção	ORG
Fundamentação	Garantir a máxima rapidez na actuação e a coordenação de recursos e esforços em situações inesperadas e graves na zona de fronteira, ultrapassando barreiras administrativas e garantindo a maior eficiência no ataque a emergências geradoras de riscos
Entidades Responsáveis	T.AOTDR; T.A; Juntas Regionais e Confederações Hidrográficas
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	1 ano
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€ PIDDAC/INTERREG

Acção/ Projecto 0.3.6

Designação	**Sistema de articulação permanente com as estruturas da Região Centro de Portugal**
Descrição	Organizar uma metodologia de articulação e coordenação permanente com a Região Centro de Portugal, através da CCDR Centro, para troca de informações sobre as políticas regionais nas zonas limítrofes entre o Norte e o Centro de Portugal, nomeadamente em torno dos eixos de articulação espacial do litoral (AM Porto/Aveiro), do IP2 e do IP3, e da implementação de mecanismos que permitam a monitorização conjunta das emissões de ozono, dando continuidade aos processos de acompanhamento mútuo dos PROT
Natureza da Acção	ORG
Fundamentação	Necessidade de garantir uma permanente troca de informações e possível articulação quanto aos processos de planeamento e gestão do uso do solo e dos recursos naturais, bem como dos programas de actuação sectoriais, nas zonas de transição entre as duas regiões, coordenando a aplicação das políticas e estratégias nacionais, de forma a evitar conflitos e aproveitar sinergias nas actuações regionalizadas
Entidades Responsáveis	CCDRN; CCDR Centro
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	3 anos
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€ Sem custos externos

1. Sistema de Estruturação Funcional

1.1. Sistema Urbano

Acção/ Projecto 1.1.1

Designação	**CRIAÇÃO DE REDES INTERMUNICIPAIS DE ARTICULAÇÃO URBANA**
Descrição	Desenvolver redes multifuncionais de articulação interurbana, por questões de proximidade territorial ou de identidade temática (cidades patrimoniais, turísticas, de inovação, sustentáveis, entre outras) com a participação dos diferentes agentes, públicos e privados
Natureza da Acção	Apetrechamento institucional / organizativo / técnico da Administração Pública – ORG
Fundamentação	Criar sinergias entre centros urbanos com problemas ou interesses semelhantes, promovendo factores de integração e de qualificação, motivando o desenvolvimento e a afirmação externa
Entidades Responsáveis	MUN / CIM
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	4 anos
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	QREN / ON2; PIDDAC

Acção/ Projecto 1.1.2

Designação	**ESTRUTURAÇÃO DAS REDES E SISTEMAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS EM ZONAS RURAIS DE BAIXA DENSIDADE**
Descrição	Estudar e implementar formas de prestação de serviços básicos em meio rural de baixa densidade, articulando os níveis de acessibilidade e mobilidade das populações e as funcionalidades dos serviços, identificando os casos em que deve ser o serviço a deslocar-se ao utente (sistemas ambulatórios), bem como outras soluções especiais de mobilidade e de recurso às TIC.
Natureza da Acção	Apetrechamento institucional / organizativo / técnico da Administração Pública – ORG; Concessão de apoios e incentivos (técnicos, logísticos e financeiros) – APO
Fundamentação	Obrigação de garantir a equidade territorial no acesso aos equipamentos e serviços básicos, públicos ou de uso público, melhorando a qualidade de vida e o grau de bem-estar das populações. Em zonas rurais de baixa densidade, com população dispersa e de mobilidade limitada, pode ser mais eficiente (e mesmo económico) criar serviços ambulatórios, que se deslocam ao utente, periodicamente ou por marcação.
Entidades Responsáveis	AC; Empresas concessionárias de serviços públicos; MUN; CIM;
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	12 meses (estudo); 2 anos (implementação)
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	QREN; PIDDAC; Outros

Acção/ Projecto 1.1.3

Designação	**CRIAÇÃO DE CENTROS DE ATENDIMENTO INTEGRADO, EM BALCÃO ÚNICO**
Descrição	Concertação de serviços públicos básicos em centros de atendimento integrado multiserviço, com recurso ao uso das TIC, de forma a melhorar os níveis de acessibilidade e reduzir as deslocações dos utentes, em territórios de baixa densidade
Natureza da Acção	Apetrechamento institucional / organizativo / técnico da Administração Pública – ORG
Fundamentação	Melhorar a qualidade de vida da população, nomeadamente nas zonas de baixa densidade, assegurando uma suficiente acessibilidade aos serviços públicos básicos, reduzindo as necessidades de deslocação e garantindo uma rentabilidade dos recursos existentes, com uma intensiva utilização das TIC
Entidades Responsáveis	AC; Empresas concessionárias de serviços públicos; MUN
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	3 anos
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	QREN; PIDDAC; Outros

Acção/ Projecto 1.1.4

Designação	**CRIAÇÃO DE CENTROS DE MICROLOGÍSTICA DE APOIO A ZONAS URBANAS DE ALTA DENSIDADE**
Descrição	Constituição de espaços vocacionados para a micrologística urbana, dando apoio a zonas de alta densidade comercial e/ou de congestionamento urbano, onde se concentrem as actividades de carga / descarga e locais de armazenagem para os comerciantes envolvidos, servidas por acessibilidades adequadas
Natureza da Acção	Apetrechamento institucional / organizativo / técnico da Administração Pública – ORG; Intervenções físicas e obras – OBRA
Fundamentação	Melhorar as condições de abastecimento das zonas de concentração comercial e de distribuição urbana, limitando o trânsito de pesados no centro das cidades e o congestionamento urbano. Simultaneamente, possibilita o recurso a veículos específicos, não poluentes, para o transporte entre o centro de micrologística e os estabelecimentos comerciais.
Entidades Responsáveis	MUN; Associações Empresariais do Comércio e Operação Logística
Grau de Prioridade	Prioridade 2
Horizonte Temporal	2 anos
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	QREN; PIDDAC; Outros

Acção/ Projecto 1.1.5

Designação	**ADAPTAÇÃO DE ÁREAS URBANAS AMEAÇADAS PELAS CHEIAS PARA ESPAÇOS DE RECREIO E LAZER**
Descrição	Constituição de áreas vocacionadas para actividades de recreio e lazer, em zonas de leitos de cheia (de baixa probabilidade de ocorrência) inseridos ou vizinhos de áreas urbanas, sem alterar os fluxos de vazão das águas e com o mínimo de equipamentos fixos e/ou construções
Natureza da Acção	OBRA
Fundamentação	Aproveitar espaços no interior das cidades que, embora ameaçados por cheias de ocorrência superior a anual, podem ser utilizados para actividades ao ar livre (jogos, exercício físico, convívio, repouso, …) no período estival, sem criar obstáculos fixos que prejudiquem a vazão em época de cheias.
Entidades Responsáveis	MUN; ARH / INAG
Grau de Prioridade	Prioridade 2
Horizonte Temporal	2 anos
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	QREN; PIDDAC; Outros

Acção/ Projecto 1.1.6

Designação	**ELABORAÇÃO DE NORMATIVO SOBRE A RECOLHA, CONDUÇÃO E INFILTRAÇÃO DAS ÁGUAS PLUVIAIS**
Descrição	Desenvolver estudos técnicos sobre sistemas de recolha e condução de águas pluviais em espaços urbanos, tanto relativos a operações de urbanização como a edificações, que potenciem a sua infiltração no solo, reduzindo a necessidade de emissários e a condução directa para os cursos de água
Natureza da Acção	Normativa Técnica ou recomendações – NT
Fundamentação	Nas zonas urbanas densificadas, importa garantir que se mantenha uma percentagem significativa de infiltração das águas pluviais no solo, permitindo a manutenção do nível freático combatendo a desertificação e a contaminação subterrânea. Paralelamente, permite a redução dos sistemas de drenagem de águas pluviais e dos riscos de transbordamento. Poderá ser elaborado ao nível intermunicipal (CIM ou zonas geoclimáticas homogéneas)
Entidades Responsáveis	MUN; CIM; INAG / ARH
Grau de Prioridade	Prioridade 2
Horizonte Temporal	18 meses
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	QREN; PIDDAC; Outros

1.2. Mobilidade, Transportes e Acessibilidades

Grupo de Acções: ESTRUTURAÇÃO/ GESTÃO DE ZONAS DE APOIO LOGÍSTICO (ZAL) E DE OUTRAS INFRAESTRUTURAS COMPLEMENTARES

Acção/ Projecto 1.2.1

Designação	**Criação de uma ENTIDADE GESTORA para cada uma das duas Zonas de Apoio Logístico da Região do Norte: ZAL do Arco Metropolitano e ZAL Transfronteira**
Descrição	Entidade a constituir com representantes da administração pública central e regional, com competências e capacidade financeira para a programação e desenvolvimento de um plano de acções para a promoção e desenvolvimento das Áreas Logísticas identificadas no PROT-N, incluindo a definição do seu perfil vocacional.
Natureza da Acção	Instrumentos Estratégicos, Planeamento e Programação - PLAN
Fundamentação	1 - Enquadramento e promoção interna e externa dos investimentos públicos na logística metropolitana e regional. 2 - Manter um quadro de relacionamento estratégico com outros operadores públicos e privados e com as plataformas Espanholas de fronteira. 3 - Promover a deslocalização de empresas logísticas para as plataformas criadas ou em criação.
Entidades Responsáveis	CCDR-N; SE Transportes (GabLogis)
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	2009/ 2013
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	0,1 Milhões €

Acção/ Projecto 1.2.2

Designação	**Construção de duas PLATAFORMAS LOGÍSTICAS RODO-FERROVIÁRIAS na ZAL do Arco Metropolitano**
Descrição	1 - Plataforma bi-polar portuária de Leixões - Gonçalves/ Gatões/ Gueifões. 2 - Interface rodo-ferroviário de Gatões/ Guifões associada à PL de Leixões. 3 - Plataforma urbana nacional da AMP.
Natureza da Acção	Intervenções físicas e obras – OBRA
Fundamentação	1 - Criar duas plataformas preferenciais de instalação de operadores logísticos e serviços à escala metropolitana e também de apoio à distribuição urbana. 2 - Resolver a localização da Gare de Mercadorias da AMP associada a uma plataforma logística rodoviária e relativamente próxima dos centros das cidades do Porto, Maia e Matosinhos onde é mais problemático o abastecimento urbano. 3 - Libertar o Porto de Leixões da estação ferroviária, permitindo-lhe outras ampliações estratégicas. 4 – Criar as condições de acessibilidade rodo-ferroviária à rede nacional e local. 5 – Aproveitar a atractividade portuária resultante da implementação do projecto da Janela Única Logística. 6 – Necessidade de atrair operadores logísticos novos ou de deslocalizar e melhorar as condições de operação dos já instalados na AMP.
Entidades Responsáveis	SE Transportes (GabLogis); APDL; REFER; CP; Concessionários.
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	2009/ 2013
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	50 Milhões €

Acção/ Projecto 1.2.3

Designação	**Construção e/ ou reforço de outras PLATAFORMAS LOGÍSTICAS nas ZAL Transfronteira e do Arco Metropolitano**
Descrição	1 - Duas plataformas transfronteiriças de nível nacional: Valença e Chaves. 2 - Plataformas subregionais de vocação rodo-ferroviária: Terminal Multimodal de Valongo e porto seco associado, Tadim/ Celeirós em Braga e Darque em Viana. 3 - Plataformas subregionais de apoio à distribuição urbana: Gaia, Braga/ Barcelos, Guimarães, Viana, EDV, Bragança e Vila Real/ Régua. 4 – Outras Plataformas de apoio à distribuição urbana associadas a AAE.
Natureza da Acção	Intervenções físicas e obras – OBRA
Fundamentação	1 - Potenciar o desenvolvimento da logística regional em parceria (complementaridade) com a política de plataformas em Espanha nos espaços fronteiriços. 2 - Potenciar o investimento municipal realizado (caso de Chaves) dando-lhe dimensão regional com integração numa estratégia conjunta entre o NP e a Galiza em matéria de infraestruturas logísticas (caso de Valença/ PLISAN). 3 – Potenciar Áreas de Acolhimento Empresarial que venham a ser aprovadas. 4 - Penetração dos produtos portugueses na Galiza e Castela-Leão. 5 - Potenciar o Aeródromo de Bragança no espaço peninsular de influência. 6 – Potenciar investimentos da REFER e CP. 7 - Criação de infraestruturas de apoio à organização da distribuição urbana - Centros de Consolidação Urbana (CCU).
Entidades Responsáveis	SE Transportes (GabLogis); Câmaras Municipais; Associações de Municípios; REFER; CP.
Grau de Prioridade	Prioridades 1-2
Horizonte Temporal	2009/ 2015
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	26 Milhões €

Acção/ Projecto 1.2.4

Designação	**Colocar o Porto de Leixões na linha da frente do projecto europeu das "autoestradas do mar"** incluídas nas Redes Transeuropeias de Transportes (RTE-T)
Descrição	1 - Desenvolvimento das infraestruturas portuárias internas de carga e de passageiros. 2 - Apoio à definição da articulação portuária com outros modos de transporte (rodo e ferroviário) a concretizar com a criação de infraestruturas complementares tais como a plataforma logística bipolar e as interfaces marítimo-rodo-ferro, seja para bitola ibérica como para bitola europeia. 3 - Aumentar a dimensão dos terminais de contentores existentes e construção do terminal multiusos do molhe Sul. 4 - Implementação dos processos de simplificação de procedimentos portuários (Janela Única Portuária) e do projecto de acompanhamento virtual da carga.
Natureza da Acção	Intervenções físicas e obras – OBRA e Apetrechamento institucional/ organizativo/ técnico da Administração Pública – ORG
Fundamentação	1 – Afirmar a competitividade do Porto de Leixões no Noroeste Peninsular. 2 – Potenciar a utilização do modo marítimo especialmente nas relações comerciais com a UE. 3 – Contenção da dependência energética e da qualidade ambiental por contenção do tráfego comercial rodoviário.
Entidades Responsáveis	SE Transportes; APDL.
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	2009/ 2013
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	50 Milhões €

Acção/ Projecto 1.2.5

Designação	**Construção do NÓ RODO-FERROVIÁRIO DO PORTO DE VIANA DO CASTELO E EXPANSÃO INTERNA**
Descrição	1 - Construção de nova ligação rodoviária a partir da rede nacional (IC1) e construção de ligação ferroviária a partir da Linha do Minho. 2 - Melhoria da acessibilidade marítima. 3 – Obras internas de expansão e melhoramentos.
Natureza da Acção	Intervenções físicas e obras – OBRA e Apetrechamento institucional/ organizativo/ técnico da Administração Pública – ORG
Fundamentação	1 - Potenciar a multimodalidade no Porto de Viana do Castelo tendo em vista a sua integração vocacional no sistema logístico regional clarificado que esteja o quadro de complementaridades e vantagens mútuas com o Porto de Leixões. 2 - Melhorar as condições de ligação com o espaço sub-regional assim como as condições internas de navegabilidade. 3 – Consolidar a primeira fase de expansão do Porto de Viana. 4 – Reforçar a importância dos estaleiros navais, das novas unidades de fabrico de componentes para eólicas. 5 - Potenciar as dinâmicas induzidas pela criação das plataformas logísticas de maior proximidade.
Entidades Responsáveis	IPTM; APDL.
Grau de Prioridade	Genericamente 2-3; acesso rodoviário 1.
Horizonte Temporal	2009/ 2017
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	57 Milhões €

Acção/ Projecto 1.2.6

Designação	**Finalização das obras de OPERACIONALIZAÇÃO DA NAVEGABILIDADE NO RIO DOURO para as vertentes turística e mercadorias.**
Descrição	1 - Eliminação de estrangulamentos do canal navegável. 2 – Criação de infraestruturas de acostagem turísticas e de mercadorias.
Natureza da Acção	Intervenções físicas e obras – OBRA
Fundamentação	1 - Potenciar o Vale do Douro através da vertente turística. 2 – Potenciar a utilização da via navegável como porta de entrada de carga no centro da Península Ibérica (Salamanca, Valladolid e Madrid). 3 – Aumentar a utilização das infraestruturas fluviais, designadamente o Porto de Lamego/ Régua, potenciando a criação do parque empresarial e de logística associada ao vinho. 4 – Acautelar os transportes de Risco no Rio e o seu grau de compatibilização com as restantes valências.
Entidades Responsáveis	IPTM
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	2008/ 2013
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	43 Milhões €

Acção/ Projecto 1.2.7

Designação	**Criação de MICRO PLATAFORMAS INTRAURBANAS de apoio ao abastecimento nas cidades.**
Descrição	Construção de micro-plataformas locais capazes de operarem a racionalização das cargas/ descargas nas zonas de forte concentração comercial.
Natureza da Acção	Intervenções físicas e obras – OBRA e Apetrechamento institucional/ organizativo/ técnico da Administração Pública – ORG
Fundamentação	1 - Dotar as principais áreas comerciais dos centros das cidades de infraestruturas locais de cargas/ descargas e de armazenamento e de lojistas, tendo em vista diminuir o tráfego automóvel nos principais eixos de comércio e peões. 2 – Permitir o desenvolvimento de operadores logísticos vocacionados para o abastecimento urbano em articulação com as plataformas nacionais ou urbanas (CCU) de concentração de actividades logísticas. 3 – Permitir políticas de redução do espaço automóvel em zonas determinadas, beneficiando a multimodalidade.
Entidades Responsáveis	Câmaras Municipais
Grau de Prioridade	Prioridades 1-2
Horizonte Temporal	2009/ 2015
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	9,5 Milhões €

Acção/ Projecto 1.2.8

Designação	**Construção de MELHORAMENTOS NAS INFRAESTRUTURAS PORTUÁRIAS LOCAIS em toda a frente costeira da RN**
Descrição	Conjunto de intervenções definidas e programadas
Natureza da Acção	Intervenções físicas e obras – OBRA
Fundamentação	1 - Dotar os pequenos portos marítimos de melhoramentos de apoio à navegação e actividade de pesca, assim como à de recreio. 2 - Intervenções de melhoria da operação fluvial em barras de rios.
Entidades Responsáveis	IPTM
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	2009/ 2013
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	44,4 Milhões €

Grupo de Acções: AMPLIAÇÃO DO SISTEMA FERROVIÁRIO NACIONAL/ REGIONAL DE PASSAGEIROS

Acção/ Projecto 1.2.9

Designação	**Construção da LINHA LISBOA-PORTO-VIGO DE "ALTAS PRESTAÇÕES" em bitola europeia**
Descrição	1 - Construção faseada mas sequencial dos troços Braga-Valença no mesmo calendário das realizações previstas a Norte (Vigo-Tui), Aeroporto FSC-Campanhã no mesmo calendário do Lisboa-Porto, e imediatamente a seguir o fecho entre Aeroporto FSC e Braga. 2 – Estudo de viabilidade da Ligação Aeroporto – Porto de Leixões.
Natureza da Acção	Intervenções físicas e obras – OBRA e Apetrechamento institucional/ organizativo/ técnico da Administração Pública – ORG
Fundamentação	1 - Fecho da malha ferroviária de bitola europeia no âmbito do triângulo Lisboa-Madrid-Santiago-Porto-Lisboa. 2 - Reforçar os argumentos de competitividade regional quer ao nível do tecido económico quer da rede de cidades médias da RN. 3 – A ligação Campanhã-AFSC deverá potenciar esta infraestrutura aeroportuária na divisão com Alcochete da *catchment area* da Região Centro. 4 – O troço Aeroporto FSC-Braga é decisivo para potenciar a utilização do aeroporto a partir da Galiza, com ligação directa.
Entidades Responsáveis	RAVE
Grau de Prioridade	Prioridade 1 - Troço Braga-Valença (2013). Prioridade 2 - Troço Campanhã-Aeroporto FSC (2015); Prioridade 3 - Troço Aeroporto FSC-Braga (2017)
Horizonte Temporal	2009/ 2017
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	1,9Mil Milhões €

Acção/ Projecto 1.2.10

Designação	**Criação de uma ESTAÇÃO MULTIMODAL EM BRAGA** e de outras Interfaces associadas à expansão da Rede Convencional e à nova linha ferroviária de bitola europeia
Descrição	1 - Aproveitar a oportunidade da passagem da via de "altas prestações" para aumentar a articulação com a rede convencional expandida ao fecho do anel Porto-Braga-Guimarães. 2 – Criação de uma estação rodoviária de passageiros mista interurbana/ urbana associada ao programa ferroviário. 3 – Potenciar a correspondência de transporte rodoviário individual e colectivo com outras estações das redes ferroviárias convencional e de bitola europeia.
Natureza da Acção	Intervenções físicas e obras – OBRA
Fundamentação	1 - Potenciar a cidade de Braga com uma interface de transportes capaz de incrementar a utilização do transporte público na cidade e no Médio Cávado. 2 – Viabilizar a futura correspondência de Guimarães com a velocidade alta num arco sub-regional fortalecido (Guimarães-Braga) e alternativo à congestionada AMP. 3 – Viabilizar a operação ferroviária na rede convencional entre Viana-Barcelos-Braga de acesso à VA. 4 – Rebatimento da área de influência de Braga em termos do transporte interurbano de passageiros, para os dois sistemas ferroviários. 5 – Potenciar a utilização dos transportes colectivos e do transporte privado na articulação com os diferentes serviços ferroviários.
Entidades Responsáveis	RAVE; REFER; CM Braga; IMTT; CM´s; CCDR-N.
Grau de Prioridade	Prioridades 1-2
Horizonte Temporal	2009/ 2015
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	100 Milhões €

Acção/ Projecto 1.2.11

Designação	**Reabilitação e beneficiação da LINHA DO DOURO entre Régua e Barca D'Alva**
Descrição	1 – Beneficiação geral da Linha activa entre Régua e Pocinho. 2 – Reactivação do troço Pocinho Barca D'Alva, incluindo reposição da via, drenagem, reabilitação de túneis, pontes e apeadeiros, intervenções geotécnicas, etc.
Natureza da Acção	Intervenções físicas e obras – OBRA
Fundamentação	1 - Consideração do alto valor patrimonial da Linha e do seu potencial turístico. 2 - A obra de infraestrutura deverá ser o suporte de uma solução do tipo Parceria Público Privado para exploração mista - turística e comercial não regular - entre Régua e Barca D'Alva. 3 - Não poderá ser descurada uma hipótese de solução transfronteiriça que viabilize um projecto integrado com Castela e Leão, nem a parceria com outros agentes económicos de áreas complementares (turismo, excursões rodoviárias a partir das regiões envolventes, barcos do Douro, etc.). 4 - A Estação da Régua deverá gradualmente assumir um papel particularmente importante como interface multimodal do eixo Vila Real/ Régua/ Lamego, principalmente quando terminar a renovação da Linha do Douro entre Caíde e Régua, o que implicará não descurar a sua função também como terminal rodoviário de rebatimento.
Entidades Responsáveis	REFER; CCDR-N; Operadores Privados.
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	2009/ 2013
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	5 M € + 20 M€

Acção/ Projecto 1.2.12

Designação	**Remodelação e electrificação da LINHA DO DOURO entre Caíde e Régua**
Descrição	Intervenção no âmbito da já realizada entre Ermesinde e Caíde. 1 – Troço entre Caíde e Marco de Canaveses. 2 – Troço entre Marco e Régua. Em ambos os casos com ou sem duplicação da via.
Natureza da Acção	Intervenções físicas e obras – OBRA
Fundamentação	Progressiva aproximação do Douro ao espaço do arco metropolitano quer em termos rodo como ferroviários, tendo em atenção a necessária coesão territorial e social e ainda a potenciação do turismo no Vale do Douro.
Entidades Responsáveis	REFER (Plano de Investimentos 2009/ 2011)
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	2009/ 2013
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	80 Milhões €

Acção/ Projecto 1.2.13

Designação	**LINHAS DO TÂMEGA, CORGO E TUA.**
Descrição	Beneficiação geral das linhas do Tâmega entre Livração e Amarante, do Corgo entre Régua e Vila Real e do Tua entre a Foz do Tua e Mirandela (em função da decisão sobre o AHFT).
Natureza da Acção	1 – Construção de paragens desniveladas, substituição do leito da linha, correcções pontuais de traçado e sinalização adequada. 2 – Reabilitação de material circulante.
Fundamentação	Intervenções físicas e obras – OBRA
Entidades Responsáveis	REFER/ Privados em PPP
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	2009/ 2013
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	70 Milhões €

Acção/ Projecto 1.2.14

Designação	**Integração da LINHA DO VOUGA na rede ferroviária convencional**
Descrição	Reconversão para bitola ibérica em linha simples e electrificada entre Espinho (Silvalde) e Oliveira de Azeméis. (Solução que poderá ser combinada com a eventual criação de uma Variante à Linha do Norte por Nascente da cidade de Gaia, servindo então o eixo da N1 para Sul dos Carvalhos). Carece de estudos de fundamentação e validação da viabilidade física.
Natureza da Acção	Intervenções físicas e obras – OBRA
Fundamentação	1 - Sendo o Entre Douro-e-Vouga uma das sub-regiões com piores indicadores de mobilidade e com a pior dependência relativamente ao transporte individual, justifica-se a integração do eixo urbano-industrial de Espinho, Feira, S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis no sistema ferroviário dos “urbanos” do Porto, até pela intensidade das relações com o núcleo central da área metropolitana. 2 – Não invalida acções em curso conducentes ao incremento da utilização da linha, designadamente com obras na infraestrutura, criação de mais paragens, novo material circulante, etc.
Entidades Responsáveis	REFER
Grau de Prioridade	Prioridade 3
Horizonte Temporal	2015/ 2017
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	100 Milhões €

Acção/ Projecto 1.2.15

Designação	**EXPANSÃO DA REDE DO METRO no núcleo central da Área Metropolitana do Porto (2ª Fase)**
Descrição	1 - Extensão das Linhas actuais para Sul até Laborim, para Nascente até Venda Nova/ Cabanas e para Norte até à Trofa. 2 - Linha do Campo Alegre/ Matosinhos Sul. 3 - Ligação da Linha de Matosinhos ao H. S. João por S. Mamede Infesta. 4 – Linha de Gondomar directa a Campanhã. (Não se enumeram aqui as propostas do Plano de Expansão do Metro de Outubro de 2008 relativas a uma 3ª fase)
Natureza da Acção	Intervenções físicas e obras – OBRA; reforço do material circulante e equipamentos complementares, designadamente estacionamento dissuasor (P+R).
Fundamentação	1 - Aumento da densidade da rede no concelho do Porto e nas freguesias mais próximas dos concelhos de Gondomar, Maia, Matosinhos e Vila Nova de Gaia. 2 – Expansão da rede numa lógica de complementaridade com outros sistemas de transportes, designadamente o eléctrico e o autocarro. 3 – Reforço da competitividade da cidade-região com as principais aglomerações urbanas europeias periféricas. 4 - Necessidade de um programa de interfaces de estacionamento dissuasor no seguimento das experiências já concretizadas (casos do Dragão e Maia).
Entidades Responsáveis	Metro do Porto
Grau de Prioridade	Prioridades 1-2-3
Horizonte Temporal	2009/ 2017
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	1,125 Mil Milhões €

Acção/ Projecto 1.2.16

Designação	**Medidas de OPTIMIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS FERROVIÁRIAS existentes.**
Descrição	1- Plano de Investimentos 2009/ 2011 da REFER para a RN que inclui supressão de passagens de nível, modernização de estações e apeadeiros, quadruplicação do troço Contumil-Ermesinde, Variante da Trofa, remodelação do troço Ovar/ Gaia da Linha do Norte, incluindo o futuro Terminal de Silvalde e outras beneficiações na rede convencional actual. 2 - Modernização da sinalização, reforço e modernização do material circulante, diferenciação de serviços e maior articulação intermodal. 3 – Continuação do processo de integração dos sistemas tarifários (Andante) e alargamento do sistema de bilhética sem contacto aos operadores privados. 4 – Implementação de um sistema de comboios frequentes na Linha do Vouga em parceria REFER/ CM´s. 5 – Construção da Variante de Valença à Linha do Minho para articulação com a rede VA quer para passageiros (nova estação) quer para mercadorias (interface ferro/ ferro).
Natureza da Acção	Melhoria da infraestrutura, telecomunicações, material circulante e equipamentos.
Fundamentação	Melhoria da oferta do serviço ferroviário na rede dos “urbanos” e “regionais” e que foi objecto de recentes beneficiações, tendo em vista aumentos da frequência dos comboios e diminuição de tempos de viagem.
Entidades Responsáveis	REFER; RAVE; CP; TIP; Operadores Privados; CM´s
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	2009/ 2013
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	200 Milhões €

Acção/ Projecto 1.2.17

Designação	**Estudos, projectos e primeiras obras de EXPANSÃO REDE FERROVIÁRIA CONVENCIONAL**
Descrição	1 – Remodelação e electrificação da Linha do Minho entre Nine e Viana do Castelo e depois Valença caso se justifique para o transporte de mercadorias. 2 - Prolongamento da Linha de Guimarães até Braga fechando um anel ferroviário Porto-Guimarães-Braga-Porto e articulando com a estação da VA em Braga, ligando entre si os pólos da UM a o AvePark. 2 – Reconversão e integração na rede convencional de bitola ibérica da linha ferroviária entre Régua e Vila Real, ligando esta capital sub-regional ao sistema dos "urbanos do Porto". 3 – Evolução da Linha da Póvoa do metro para um sistema ferroviário regional (reforço da função *tram* em detrimento da função *trem*), com estação terminal na Senhora da Hora e com prolongamento para Norte da Póvoa até Viana por Esposende.
Natureza da Acção	Elaboração de estudos de viabilidade técnico-económica, lançamento de projectos e primeiras obras de infraestrutura.
Fundamentação	1 - Alargamento da cobertura territorial da infraestrutura de suporte dos comboios "urbanos". 2 - Preparar com antecedência um programa ferroviário de médio e longo prazo que permita consensualizar atempadamente quais as grandes infraestruturas que devem marcar os investimentos públicos e o financiamento comunitário pós 2013.
Entidades Responsáveis	REFER; RAVE; CCDR-N.
Grau de Prioridade	Prioridades 2-3 (ciclo de investimentos após conclusão do eixo Norte-Sul em bitola europeia).
Horizonte Temporal	2013/ 2017
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	60 Milhões €

Grupo de Acções: MELHORIA DO QUADRO DE ACESSIBILIDADES MULTIMODAIS DAS SUB-REGIÕES DO INTERIOR, REVISÃO DOS PLANOS PARA AS REDES RODOVIÁRIAS, E MELHORIA CONTÍNUA DAS INFRAESTRUTURAS PORTUÁRIAS E AEROPORTUÁRIAS

Acção/ Projecto 1.2.18

Designação	**Reconversão para perfil de auto-estrada do IP 4 ENTRE AMARANTE E BRAGANÇA com ligação à Fronteira de Quintanilha e concessão do Túnel do Marão.**
Descrição	1 - Construção do troço Amarante-Vila Real, incluindo túnel do Marão. 2 – Reconversão para auto-estrada do actual IP4 entre Vila Real-Bragança-Fronteira Quintanilha (reconversão parcial da actual via rápida e construção de novos troços).
Natureza da Acção	Intervenções físicas e obras – OBRA
Fundamentação	Dotar o IP4 dos níveis de segurança exigíveis no quadro da rede fundamental nacional, principalmente na transposição do Marão.
Entidades Responsáveis	InIR; EP; Concessionária Auto-estrada do Marão.
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	2009/ 2013
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	860 Milhões €

Acção/ Projecto 1.2.19

Designação	**Construção/ reconstrução do IC26 ENTRE AMARANTE E RÉGUA**
Descrição	Inclui construção de troços novos assim como partes de recuperação e beneficiação de estradas nacionais existentes (N101 e N108), principalmente nas zonas de forte impacte paisagístico e patrimonial.
Natureza da Acção	Intervenções físicas e obras – OBRA
Fundamentação	Ligar a sub-região do Douro à rede de auto-estradas metropolitanas criando condições para um maior desenvolvimento económico e potenciação do turismo no Douro Vinhateiro[1].
Entidades Responsáveis	InIR; EP
Grau de Prioridade	Prioridades 1-2
Horizonte Temporal	2009/ 2015
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	100 Milhões €

[1] Conexão ao Aeroporto FSC e Porto de Leixões – visitas a partir de cruzeiros marítimos colocando Mesão Frio (“porta” do Douro) equidistante de Leixões relativamente a outros destinos turísticos.

Acção/ Projecto 1.2.20

Designação	**Construção do IC5 ENTRE MURÇA, VILA FLOR, ALFÂNDEGA DA FÉ E MOGADOURO.**
Descrição	Via-rápida que inclui a construção de troços novos e aproveitamento de outros já construídos.
Natureza da Acção	Intervenções físicas e obras – OBRA
Fundamentação	1 - Melhorar a acessibilidade rodoviária a um dos conjuntos de municípios mais periféricos da Região do Norte (aos quais se juntam pela proximidade Carrazeda e Moncorvo). 2 - Potenciar novas "portas" de acesso rápido ao Vale do Douro vinhateiro.
Entidades Responsáveis	InIR; EP
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	2009/ 2013
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	200 Milhões €

Acção/ Projecto 1.2.21

Designação	**Construção do IP2 ENTRE VILA NOVA DE FOZ CÔA E MACEDO DE CAVALEIROS**
Descrição	Inclui construção de troços novos assim como partes de recuperação e beneficiação da N102, com um traçado e características físicas que não coloquem em causa o valor patrimonial da paisagem do Douro, ajustando-se aos níveis de tráfego expectantes (baixa procura).
Natureza da Acção	Intervenções físicas e obras – OBRA
Fundamentação	1 - Melhorar a acessibilidade rodoviária a um dos conjuntos de municípios mais periféricos da Região do Norte (aos quais se juntam pela proximidade Carrazeda e Moncorvo). 2 - Potenciar novas "portas" de acesso rápido ao Vale do Douro vinhateiro. 3 – Favorecer a articulação inter-regional com o Centro Interior.
Entidades Responsáveis	InIR; EP (Subconcessão Douro Interior)
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	2009/ 2013
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	150 Milhões €

Acção/ Projecto 1.2.22

Designação	**Construção da VARIANTE À N14 ENTRE MAIA E FAMALICÃO e alargamento da sua inserção na cidade do Porto (Via Norte).**
Descrição	1 – Primeira fase entre Maia e Famalicão (A7) com ligação à nova estação multimodal da Trofa, às áreas empresarias da Trofa, Lousado e Ribeirão, assim como à A3 no Nó de Santo Tirso. 2 – Segunda fase entre Maia e IC23 (reabilitação da Via Norte). 3 – Terceira fase entre Famalicão (A7) e Cruz com ligação à Variante Nascente.
Natureza da Acção	Intervenções físicas e obras – OBRA
Fundamentação	1 – Resolução e um dos principais estrangulamentos de tráfego na região, com custos económicos e ambientais insustentáveis para as cidades de atravessamento, designadamente Trofa, Maia e Famalicão. 2 – Reforço da inserção regional da Plataforma Logística Maia/ Trofa dado o papel que deverá desempenhar na racionalização da distribuição ao consumo nas cidades da área metropolitana. 3 – Consolidar a estruturação do triângulo estratégico constituído pelas cidades de Famalicão, Santo Tirso e Trofa e importantes plataformas industriais e comerciais existentes.
Entidades Responsáveis	InIR; EP
Grau de Prioridade	Prioridades 1-2-3
Horizonte Temporal	2009/ 2017
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	250 Milhões €

Acção/ Projecto 1.2.23

Designação	**Construção das restantes VIAS DO PRN**
Descrição	Realização do PRN actual e outras intervenções a definir em sede de futura revisão do plano rodoviário
Natureza da Acção	Intervenções físicas e obras – OBRA
Fundamentação	1 - Melhorar a acessibilidade rodoviária ao conjunto de municípios mais periféricos da Região do Norte, designadamente os que se situam nos eixos: do IC5 entre Mogadouro e Miranda do Douro; do IC26 entre Lamego e Sernancelhe; do IC35 entre Penafiel e Vale de Cambra/ Server do Vouga. 2 – Melhorar a articulação secundária na Euroregião NP-Galiza, designadamente com o prolongamento do IP2 para Puebla de Sanábria, do IC28 para Lindoso-Ourense e do IC34 até Barca D'Alva. 3 – Resolução do atravessamento N/S da AMP (reforço do sistema do Freixo) através de uma ligação entre Gaia (Avintes) e Valongo (Ermesinde). 4 – Terminar o IC1 até Valença e futuro prolongamento para Monção com ligação à A52 na Galiza, servindo a Plataforma Logística, a futura estação de VA. 5 – Terminar o IC24 no âmbito da concessão existente.
Entidades Responsáveis	InIR; EP
Grau de Prioridade	Prioridades 1-2-3
Horizonte Temporal	2009/ 2017
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	1,2 Mil Milhões €

Acção/ Projecto 1.2.24

Designação	**Intervenções estruturantes na REDE VIÁRIA NACIONAL na Região**
Descrição	Realização de outras intervenções estruturantes de beneficiação geral de EN's pertencentes à Rede Nacional
Natureza da Acção	Intervenções físicas e obras – OBRA
Fundamentação	Intervenções em eixos estruturantes tais como: 1 – Monção/ Melgaço/ São Gregório (N202 e N301). 2 – Braga/ Vila Verde/ Ponte da Barca/ Arcos de Valdevez/ Monção/ Salvaterra (N101). 3 – Esposende/ Barcelos/ Braga/ Povoa de Lanhoso/ Vieira do Minho/ Montalegre/ Boticas/ Chaves/ Vinhas/ Bragança/ Vimioso/ Miranda do Douro (N103-1, N103, N218). 4 – Terras de Bouro/ Vieira do Minho/ Cabeceiras de Basto/ Celorico de Basto/ Amarante (N304, N205 e N210). 5 – Braga/ Guimarães/ Vizela/ Lousada/ Penafiel (N101 e N1). 6 – Santa Maria da Feira/ Castelo de Paiva/ Cinfães/ Resende/ Lamego/ Armamar/ Tabuaço/ São João da Pesqueira/ V. N. de Foz Côa (N223 e N222). 7 – Penafiel/ Marco de Canaveses/ Baião/ Cinfães/ RC (N211, N321-1, N321-2 e N222-2). 8 – Chaves/ Valpaços/ Mirandela/ Vila Flor/ Carrazeda de Ansiães/ São João da Pesqueira/ Penedono/ Sernancelhe (N213, N214 e N229).
Entidades Responsáveis	InIR; EP
Grau de Prioridade	Prioridades 1-2-3
Horizonte Temporal	2009/ 2017
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	500 Milhões €

Acção/ Projecto 1.2.25

Designação	**Programas de HIERARQUIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA REGIONAL E LOCAL e de BENEFICIAÇÃO GERAL DE ESTRADAS**
Descrição	Elaboração do plano rodoviário regional e programa geral de beneficiação de estradas regionais e municipais principais, variantes urbanas, correcção de pontos negros de sinistralidade e sinalização da rede municipal principal.
Natureza da Acção	Planeamento, beneficiação e recuperação de infraestrutura e sinalização.
Fundamentação	1 - Necessidade de correcção da pirâmide de "extensões de vias" respeitantes a cada nível hierárquico da rede viária existente, com diminuição da rede nacional de "outras estradas" e da rede municipal principal, conseguida através da estruturação de uma rede regional coerente. 2 - Urgência quanto à correcta distribuição de tráfego local por uma rede municipal principal coerente e bem sinalizada, com reflexos imediatos na segurança e qualificação ambiental. 3 – Intervenções de beneficiação de estradas existentes, seja qual o seu nível hierárquico. 4 – Construção de variantes a centros urbanos. 5 – Intervenções de redução de impactes ambientais, designadamente em termos de ruído rodoviário.
Entidades Responsáveis	InIR; EP
Grau de Prioridade	Prioridades 1-2-3
Horizonte Temporal	2009/ 2017
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	300 Milhões €

Acção/ Projecto 1.2.26

Designação	**AMPLIAÇÃO DOS AEROPORTO FSC E BRAGANÇA**
Descrição	1 – Obras de ampliação e reordenamento interno do Aeroporto FSC para uma operação no patamar dos 9-10 Milhões de passageiros/ ano e conclusão do Centro de Carga Aérea. 2 – Reforço infraestrutural e equipamental do aeródromo de Bragança.
Natureza da Acção	Construção de infraestrutura e dotação equipamental.
Fundamentação	1 – Preparar atempadamente o AFSC para os desafios futuros em face das tendências recentes de crescimento de tráfego de passageiros e mercadorias atendendo ainda à sua *catchment area* de 5-6 milhões de habitantes potenciada pela ferrovia de "Altas Prestações". 2 – Potenciar para o aeroporto de Bragança uma *catchment area* alargada a Castela-Leão e ao interior da Galiza, em parte face à futura proximidade da AV em Puebla de Sanábria. 3 - Progressiva aproximação do Douro ao espaço do arco metropolitano e ainda a potenciação do turismo a partir do Nordeste Transmontano.
Entidades Responsáveis	ANA; Câmara Municipal de Bragança.
Grau de Prioridade	Prioridades 1-2
Horizonte Temporal	2009/ 2015
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	300 Milhões €

Acção/ Projecto 1.2.27

Designação	**TERMINAL DE CRUZEIROS DO PORTO DE LEIXÕES e novo Porto de Recreio.**
Descrição	1 - Construção de obras portuárias complementares, designadamente novo cais de acostagem. 2 - Edifício do Terminal de Cruzeiros e CIMAR e equipamento de apoio. 3 - Porto de Recreio adjacente. 4 – Sistema de acessos e mobilidade interna.
Natureza da Acção	Construção de infraestrutura e equipamentos.
Fundamentação	1 - Aumentar o turismo regional potenciando importantes crescimentos no mercado metropolitano (Centros Históricos do Porto e Gaia, Caves do Vinho do Porto, Casa da Música, Serralves, etc.), mas também à escala regional (Centros Históricos de Guimarães, Braga, Vila do Conde, Viana, Lamego, Santuários religiosos e Douro Património Mundial), e ainda de âmbito local (baixa de Matosinhos, marginal marítima e parque da cidade. 2 – Potenciar a articulação entre a actividade portuária turística e de recreio e a envolvente urbana directa. 3 – Integração com actividade científica e de investigação ligada ao mar.
Entidades Responsáveis	APDL; CM Matosinhos; STCP; UP.
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	2009/ 2013
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	46 Milhões €

Acção/ Projecto 1.2.28

Designação	**ESTUDO DE LOCALIZAÇÃO DO AERODROMO DO DOURO**
Descrição	Promover os estudos conducentes a uma decisão atempada quanto à localização definitiva do Aeródromo de serviço ao Douro e à Cidade de Vila Real.
Natureza da Acção	PLAN
Fundamentação	Necessidade de decidir qual o tipo de estrutura aeroportuária de serviço ao Douro e à Cidade de Vila Real, bem como a respectiva localização.
Entidades Responsáveis	ANA; CCDR-N
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	2009/ 2013
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	- (Incluído no custo da acção/ projecto 1.2.29)

Acção/ Projecto 1.2.29

Designação	**REDE DE AERÓDROMOS E HELIPORTOS NA RN.**
Descrição	Conjunto de intervenções capazes de aprofundarem a vocação de cada infraestrutura aeroportuária.
Natureza da Acção	Melhoria de infraestrutura e do nível equipamental.
Fundamentação	1 - Definição vocacional das infraestruturas existentes e a prever, pelo menos nas seguintes valências: protecção civil, emergência médica, trabalho aéreo, combate a incêndios florestais e aviação desportiva e educacional. 2 - Poderá ainda ser oportuna a realização de outras intervenções enquadradas num futuro esquema director das acessibilidades aéreas regionais, que visem nomeadamente melhorar as condições de operacionalidade e cobertura da rede de serviços colectivos territoriais de proximidade.
Entidades Responsáveis	Câmaras Municipais.
Grau de Prioridade	Prioridades 1-2
Horizonte Temporal	2009/ 2015
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	10 Milhões €

Acção/ Projecto 1.2.30

Designação	**Projecto Regional das ECOPISTAS.**
Descrição	Desenvolvimento do Projecto Regional das ECOPISTAS.
Natureza da Acção	Intervenções físicas e obras – OBRA
Fundamentação	Potenciar os antigos canais para um projecto mais amplo assente na utilização da bicicleta para fins múltiplos, no turismo ambiental e na integração com ciclovias urbanas.
Entidades Responsáveis	INVESFER, CM´s
Grau de Prioridade	Prioridades 1-2
Horizonte Temporal	2009/ 2015
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	25 Milhões €

Grupo de Acções: MELHORIA DO QUADRO DE OPERAÇÃO DOS TRANSPORTES PÚBLICOS NAS CIDADES, NAS CONURBAÇÕES E NAS ZONAS DE BAIXA DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Acção/ Projecto 1.2.31

Designação	**AUTORIDADES INTERMUNICIPAIS DE TRANSPORTES**
Descrição	**1 – Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto. 2 - Criação de autoridades intermunicipais para fins específicos e estruturas técnicas mínimas de suporte.**
Natureza da Acção	Organizativa e formação de competências.
Fundamentação	1 – Apoiar a constituição e o funcionamento da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto, tendo em vista a articulação entre o PROT e o planeamento próprio a desenvolver. 2 – Fora da área metropolitana, resolução dos problemas actuais em termos de resposta aos movimentos suburbanos que extravasam os limites concelhios e aos quais a concessão de carreiras interurbanas não responde cabalmente. 3 – Formatação de novas soluções intermunicipais para os transportes em zonas de baixa densidade de procura, em articulação com o transporte escolar especial.
Entidades Responsáveis	IMTT; AMTP; AM's para fins específicos.
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	2009/ 2013
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	1 Milhões €

Acção/ Projecto 1.2.32

Designação	**Novas soluções de TRANSPORTES EM ZONAS DE BAIXA DENSIDADE**
Descrição	Financiamento da organização e instalação de redes de operação de novas soluções de transportes em zonas de baixa densidade e débil procura de transportes.
Natureza da Acção	Organizativa e de financiamento de novas redes de serviços.
Fundamentação	1 - Necessidade de dar resposta à gradual quebra de cobertura com transportes públicos nas zonas rurais localizadas fora dos grandes eixos de operação dos serviços interurbanos. 2 - Necessidade de articulação das novas soluções com o transporte escolar especial que está a atingir elevados custos públicos. 3 - Necessidade de enquadrar legalmente o recurso generalizado a soluções informais, em concorrência com os operadores licenciados.
Entidades Responsáveis	Associações de Municípios para fins específicos ou por NUT's III.
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	2009/ 2013
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	4 Milhões €

Acção/ Projecto 1.2.33

Designação	**GESTÃO CONJUNTA E INTEGRADA DE INTERFACES DE TRANSPORTES.**
Descrição	Organização intermunicipal para uma gestão conjunta de estações rodoviárias de passageiros, por bacia de transportes, segundo a modalidade de gestão directa ou por concessão de serviço público.
Natureza da Acção	Organizativa e de financiamento.
Fundamentação	1 - Necessidade de dar resposta à disparidade de critérios de gestão e preços praticados em diferentes Estações. 2 – Melhoria do desempenho dos transportes públicos com redução de encargos para as empresas. 3 – Redução dos custos de gestão para as entidades públicas.
Entidades Responsáveis	Associações de Municípios para fins específicos ou por NUT's III.
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	2009/ 2013
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	5 Milhões €

Acção/ Projecto 1.2.34

Designação	**REDES DE ELÉCTRICOS RÁPIDOS NAS CIDADES DO PORTO E BRAGA**
Descrição	1 - Expansão da rede de eléctricos existente na cidade do Porto, aquisição de material circulante novo e construção de um parque de máquinas e oficinas em complemento do Museu do Carro Eléctrico. 2 - Elaboração de estudos de viabilidade de uma rede de eléctricos na cidade de Braga.
Natureza da Acção	Construção de infraestrutura e aquisição de material circulante.
Fundamentação	1 – Promover a multimodalidade urbana com um transporte "porta-a-porta" complementar ao metro (caso do Porto). 2 – Baixar de forma consistente a taxa de utilização automóvel nas duas cidades e, consequentemente a dependência dos cidadãos do carro próprio. 3 - Necessidade de dar utilização à actual (nova) rede de eléctricos do Porto (Marginal e Baixa) pelo menos com expansão da linha da Marginal até Matosinhos e até S. Bento. 4 – Potenciar a utilização turística da Marginal entre Leixões (Terminal de Cruzeiros) e o Centro Históricos do Porto e Gaia. 5 – Melhorar a densidade de cobertura urbana por transporte em sítio próprio, a custos claramente inferiores ao Metro. 6 – Prossecução de políticas adequadas nas duas cidades do ponto de vista ambiental e energético.
Entidades Responsáveis	STCP; TUB-EM, Câmaras Municipais do Porto e Braga.
Grau de Prioridade	Prioridades 1-2-3
Horizonte Temporal	2009/ 2017
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	200 Milhões €

Acção/ Projecto 1.2.35

Designação	**INTERFACES MULTIMODAIS DE PASSAGEIROS**
Descrição	Concretização de um programa de interfaces multimodais de passageiros na área metropolitana do Porto, assim como acções concretas de melhoria da acessibilidade de peões e bicicletas ao sistema metro e aos "urbanos da CP".
Natureza da Acção	Criação de infraestrutura nova e adaptação da existente.
Fundamentação	1 - Melhorar a intermodalidade potenciando a utilização dos sistemas de transporte colectivo existentes, designadamente o metro e o comboio. 2 – Criação de estacionamento dissuasor e de uma rede integrada de P+R (com MP). 3 – Melhorar as condições de funcionamento das paragens de transportes públicos generalizando a prioridade aos autocarros. 4 - Melhorar a acessibilidade multimodal de e para as estações do metro dado o contributo decisivo que este sistema pode dar para o aumento da sustentabilidade num contexto de melhoria dos indicadores de mobilidade. 5 - Reestruturação de espaços-canal como forma de promover a mobilidade dos cidadãos por via da diversificação das soluções de transporte (ciclovias, melhoria de passeios, arborização, etc.).
Entidades Responsáveis	Autoridade Metropolitana de Transportes; Câmara Municipais; Junta Metropolitana.
Grau de Prioridade	Prioridades 1-2-3
Horizonte Temporal	2009/ 2017
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	60 Milhões €

1.3 Infra-estruturas e Redes de TIC

Acção/ Projecto 1.3.1

Designação	**REGULAMENTO DE INSTALAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES EM ESPAÇO PÚBLICO.**	
Descrição	Criar um regulamento de instalação de infra-estruturas de telecomunicações em espaço público	
Natureza da Acção	Instrumentos Legais / Regulamentares – NJ	
Fundamentação	Permitir aos interessados (Administração Pública Local, operadores e outras entidades) projectar e implementar infra-estruturas de telecomunicações partilhadas em espaço público, permitindo o ordenamento das intervenções aéreas e no subsolo e a redução dos custos de entrada de novos operadores no território.	
Entidades Responsáveis	ANACOM, Comunidades Urbanas, Associações de Municípios, Operadores de Telecomunicações	
Grau de Prioridade	Prioridade 1	
Horizonte Temporal	18 meses	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	328.000 €	QREN POT Factores Competitividade; QREN POR; PIDDAC; ANACOM; Entidades privadas

Acção/ Projecto 1.3.2

Designação	**CADASTRO REGIONAL DE INFRA-ESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES DE BANDA LARGA**	
Descrição	Criar um Cadastro Regional de Infra-Estruturas de Telecomunicações de Banda Larga	
Natureza da Acção	Apetrechamento institucional / organizativo / técnico da Administração Pública – ORG	
Fundamentação	Existe infra-estrutura física disponível que poderia ser usada para a disseminação de serviços de Banda Larga, caso fosse conhecida a sua disponibilidade e localização. Trata-se de condutas, cabos e fibra óptica não iluminada, construídas por entidades como Autarquias, operadores de gás, água ou saneamento, entre outros. Um cadastro destas infra-estruturas permitiria aos operadores encontrar mais facilmente formas de aceder aos seus clientes potenciais, baixando os seus custos de entrada na região.	
Entidades Responsáveis	CCDR-Norte ANACOM, Comunidades Urbanas, Associações de Municípios, Operadores de Telecomunicações, Outros Operadores (Gás, Água, Saneamento, Electricidade,...)	
Grau de Prioridade	Prioridade 1	
Horizonte Temporal	12 meses	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	328.000 €	QREN POR; PIDDAC; ANACOM; Entidades privadas

Acção/ Projecto 1.3.3

Designação	**OBSERVATÓRIO REGIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA BANDA LARGA**	
Descrição	Criar um Observatório Regional do Desenvolvimento da Banda Larga	
Natureza da Acção	Projecto	
Fundamentação	Um instrumento de monitorização regional do desenvolvimento da Banda Larga, com vista a suportar eventuais acções correctivas, dada a relevância da mesma para o desenvolvimento socioeconómico, no contexto da Sociedade da Informação e do Conhecimento. Esta acção é particularmente relevante, caso não sejam produzidos indicadores sobre o desenvolvimento da Sociedade da Informação ao nível de NUTS III / Unidade Territorial pela Administração Central.	
Entidades Responsáveis	CCDR-Norte; INE; UMIC; ANACOM	
Grau de Prioridade	Prioridade 1	
Horizonte Temporal	36 meses	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	255.400 €	QREN POR; ANACOM; PIDDAC

Acção/ Projecto 1.3.4

Designação	**PLATAFORMA DE INTEROPERABILIDADE DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA**	
Descrição	Criar uma plataforma de interoperabilidade de informação geográfica entre Autarquias e CCDRN.	
Natureza da Acção	Apetrechamento institucional / organizativo / técnico da Administração Pública – ORG	
Fundamentação	O acompanhamento do PROTN, tirando partido da informação em formato digital, exigirá a troca de informação geográfica entre as várias entidades envolvidas. Dado que as mesmas usam ferramentas de fabricantes diferentes, importa definir uma plataforma comum que permita a interoperabilidade da informação geográfica. Esta plataforma será também extremanente útil para outras acções de governância que necessitem de integrar informação geográfica da região proveniente de várias fontes.	
Entidades Responsáveis	CCDR-Norte; IGEO; DGOTDU; Regiões Digitais; Associações de Municípios; Comunidades Urbanas; Câmaras Municipais	
Grau de Prioridade	Prioridade 1	
Horizonte Temporal	24 meses	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	2.500.000 €	QREN POR; PIDDAC

Acção/ Projecto 1.3.5

Designação	**e-GOV REGIONAL**	
Descrição	Desenvolver o Governo Electrónico a nível regional	
Natureza da Acção	Apetrechamento institucional / organizativo / técnico da Administração Pública – ORG	
Fundamentação	Suprir as lacunas de Governo Electrónico na região	
Entidades Responsáveis	CCDR-Norte; Regiões Digitais; Associações de Municípios; Comunidades Urbanas; Câmaras Municipais	
Grau de Prioridade	Prioridade 1	
Horizonte Temporal	24 meses	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	20.000.000 €	QREN; PIDDAC

Acção/ Projecto 1.3.6

Designação	**ESTUDO DE VIABILIDADE DE OPERADOR REGIONAL DE BANDA LARGA**	
Descrição	Desenvolver um estudo de viabilidade de um operador regional de telecomunicações de Banda Larga	
Natureza da Acção	Instrumentos Estratégicos, Planeamento e Programação – PLAN	
Fundamentação	Atenuação das debilidades de cobertura em Banda Larga da Região.	
Entidades Responsáveis	CCDR-Norte	
Grau de Prioridade	Prioridade 1	
Horizonte Temporal	12 meses	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	164.000 €	QREN; PIDDAC

Acção/ Projecto 1.3.7

Designação	**OPERADOR REGIONAL DE BANDA LARGA**	
Descrição	Caso o estudo de viabilidade tenha conclusões positivas e o mercado ainda não tenha dado resposta às debilidades infraestruturais identificadas, deverá ser lançado o projecto de criação de um operador, com a elaboração do respectivo caderno de encargos, concurso público, selecção, adjudicação e acompanhamento da operação.	
Natureza da Acção	Apetrechamento institucional / organizativo / técnico da Administração Pública – ORG	
Fundamentação	Suprir as falhas da iniciativa privada na criação de um operador regional de Banda Larga.	
Entidades Responsáveis	CCDR-Norte; Operador de Telecomunicações	
Grau de Prioridade	Prioridade 2	
Horizonte Temporal	36 meses	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	15.000.000 €	QREN; PIDDAC; Entidades Privadas

Acção/ Projecto 1.3.8

Designação	**PROMOTIC**	
Descrição	Promover a utilização das TIC junto de PMEs e cidadãos	
Natureza da Acção	Concessão de apoios e incentivos (técnicos, logísticos e financeiros) – APO	
Fundamentação	Face ao baixo nível de penetração das TIC importa desenvolver acções de promoção, com vista a combater a info-exclusão, particularmente nas zonas mais desfavorecidas, junto das PMEs e junto das camadas mais vulneráveis (idosos e deficientes, por exemplo).	
Entidades Responsáveis	CCDR-Norte; Regiões Digitais; Associações de Municípios; Comunidades Urbanas; Câmaras Municipais; Associações Empresariais	
Grau de Prioridade	Prioridade 2	
Horizonte Temporal	36 meses	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	7.084.900 €	QREN; PIDDAC; Entidades Privadas

1.4. Sustentabilidade Energética

Acção/ Projecto 1.4.1

Designação	**Promoção e desenvolvimento da Rede Territorial de Agências de Energia**	
Descrição	Criação e desenvolvimento de uma Rede de Agências de Energia, que cubra todo o território da Região Norte. Cada agência deverá ter como dimensão mínima uma NUTS III, e poderá integrar agências já existentes que se associem em consórcio.	
Natureza da Acção	ORG	
Fundamentação	Esta rede é de crucial para permitir a monitorização do desempenho energético-ambiental dos municípios e para os apoiar de forma tecnicamente qualificada o planeamento e implementação de medidas de gestão da procura e de valorização de recursos endógenos.	
Entidades Responsáveis	CCDR-N, MUN.	
Grau de Prioridade	1	
Horizonte Temporal	2008-2020	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€ 2 Milhões	QREN, IEE

Acção/ Projecto 1.4.2

Designação	**Plano de Informação e Comunicação para a Promoção Regional da Energia Sustentável**	
Descrição	Definição e estruturação de um Plano de Informação e de Comunicação para a Promoção da Energia Sustentável na Região do Norte, incluindo, designadamente, as seguintes acções: (i) organização de ciclos de seminários e de campanhas de sensibilização para a população em geral; (ii) elaboração de guias práticos; (iii) divulgação pública e monitorização da Agenda Regional da Energia; (iv) iniciativa "Eficiência Energética em Edifícios", baseada na organização de um sistema de prémios de excelência aos projectistas, construtores e promotores; (v) acções de sensibilização a actores / profissões chave para a melhoria do desempenho energético-ambiental de edifícios.	
Natureza da Acção	PLAN	
Fundamentação		
Entidades Responsáveis	CCDR	
Grau de Prioridade	1	
Horizonte Temporal	2009-2020	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€ 1 Milhão	QREN, IEE

Acção/ Projecto 1.4.3

Designação	**Programa de Acção para a Dinamização e Operacionalização da Agenda Regional de Energia.**	
Descrição	Esta acção pretende assegurar o apoio técnico transversal na elaboração dos termos de referência de estudos, no apoio à montagem técnica, financeira e institucional de iniciativas e projectos âncora, na definição de critérios e metodologias de selecção, acompanhamento e de monitorização de acções integradas no Plano de Acção para a Promoção da Energia Sustentável no Norte de Portugal. Numa primeira fase e no âmbito de experiências piloto inovadoras de valorização do potencial energético local e regional, prevê-se, desde logo, que sejam elaborados os termos de referência para o lançamento de dois estudos ((i) elaboração do Projecto de uma Fileira de Biomassa, ambientalmente aceitável, com diagnóstico desde a origem ao utilizador e acompanhamento de projectos-piloto e (ii) concepção do Projecto de Co-geração.	
Natureza da Acção	PLAN	
Fundamentação		
Entidades Responsáveis	CCDR	
Grau de Prioridade	1	
Horizonte Temporal	2008-2015	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€ 500 000	QREN, IEE

Acção/ Projecto 1.4.4

Designação	**Instalação de Água Quente Solar na Habitação Social**	
Descrição	Instalação de painéis solares para a produção de água quente sanitária.	
Natureza da Acção	EXEC	
Fundamentação	Melhoria do desempenho energético-ambiental e das condições económicas das famílias.	
Entidades Responsáveis	AP, Agências de Energia.	
Grau de Prioridade	1	
Horizonte Temporal	2008-2020.	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€ 5 Milhões	QREN

Acção/ Projecto 1.4.5

Designação	**Promoção e Organização da fileira Biomassa-Conforto**
Descrição	Apoio a três projectos-piloto de fileiras de utilização de biomassa para utilização limpa no quadro doméstico ou outro descentralizado (logística de recolha e distribuição de matéria-prima, fabrico de equipamentos, formatação do combustível "pellets").
Natureza da Acção	ORG
Fundamentação	Esta acção pretende apoiar o lançamento e desenvolvimento da fileira da biomassa para aquecimento em formas tecnologicamente evoluídas, quer do lado da infra-estrutura de produção quer do lado da criação de mercado.
Entidades Responsáveis	CCDR
Grau de Prioridade	2
Horizonte Temporal	2009-2015
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€ 2,5 milhões QREN, financiamento privado

Acção/ Projecto 1.4.6

Designação	**Promoção e Organização da Co-geração.**
Descrição	Apoio a dois projectos-piloto de co-geração descentralizada em ambiente urbano para produção de electricidade e/ou calor e micro-redes de produção e gestão de electricidade e calor (eventuais aplicações ao bio-gás).
Natureza da Acção	ORG
Fundamentação	Esta acção visa apoiar o desenvolvimento de projectos numa tecnologia cujos benefícios energético-ambientais são evidentes mas que necessita de projecto adaptado às especificidades de região, nomeadamente do clima, estrutura urbana e comportamento térmico dos edifícios nas das cidades da região.
Entidades Responsáveis	CCDR, Agências de Energia
Grau de Prioridade	2
Horizonte Temporal	2009-2012
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€ 2,5 Milhões QREN, financiamento privado

Acção/ Projecto 1.4.7

Designação	**Promoção da Eficiência Energético-ambiental em Equipamentos Sociais construídos**	
Descrição	Promoção de medidas de intervenção para melhorar o desempenho energético-ambiental de equipamentos sociais. Procurar-se-á desta forma atingir uma dimensão de intervenção em número e diversidade de tipologias de equipamentos sociais construídos, abrangendo, designadamente, as seguintes intervenções: (i) auditorias energéticas, isolamentos térmicos, soluções tecnológicas de aproveitamento de radiação solar, passivas e activas (painéis solares, sombreamento, armazenamento, etc); (ii) equipamentos energéticos para conforto ambiente de aquecimento (bombas de calor, caldeiras a gás natural, biogás ou a biomassa); (iii) outros equipamentos energéticos em sede de medidas de racionalização energética.	
Natureza da Acção	EXEC	
Fundamentação		
Entidades Responsáveis	CCDR, MUN, Agências de Energia	
Grau de Prioridade	1	
Horizonte Temporal	2009-2020	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€ 50 Milhões	QREN, financiamento privado

Acção/ Projecto 1.4.8

Designação	**Generalização e aplicação adequada dos critérios de preferência associados à Promoção da eficiência energético-ambiental.**	
Descrição	Generalização e aplicação adequada dos critérios de preferência associados à promoção da eficiência energético-ambiental, no âmbito de linhas de acção do Programa Regional que visam o apoio a equipamentos públicos e privados, envolvendo: (i) definição, adopção e implementação de uma metodologia standard de avaliação do desempenho energético dos equipamentos públicos e privados no âmbito do Programa Regional; (ii) acções de sensibilização aos actores chave do processo de avaliação dos critérios de preferência associados à promoção da eficiência energético-ambiental.	
Natureza da Acção	PLAN / IMAT	
Fundamentação		
Entidades Responsáveis	CCDR, MUN, Agências de Energia	
Grau de Prioridade	2	
Horizonte Temporal	2009-2020	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€ 750000	QREN

1.5 Ordenamento e Planeamento do Território

Acção/ Projecto 1.5.1

Designação	**Actualização da cartografia de apoio aos PDM, em base digital**
Descrição	À planta da situação urbanística, contendo os elementos referidos nas Normas Orientadoras, deverá ser actualizada permanentemente com as novas operações urbanísticas e acções de infraestruturação e edificação, de iniciativa pública ou privada. Com periodicidade (eventualmente anual), será colocada no site municipal uma versão datada dessa planta.
Natureza da Acção	ORG
Fundamentação	Necessidade de garantir um conhecimento actualizado do processo de ocupação do solo, tanto urbano como rural, para se poder avaliar do andamento da execução dos IGT, avaliando e monitorizando a sua evolução no tempo. A actualização permanente da planta da situação existente permite apoiar, a todo o momento, a gestão urbanística e a revisão dos planos e evita que os levantamentos anteriores se tornem obsoletos ao fim de alguns anos.
Entidades Responsáveis	MUN
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	12 meses (para instalação do sistema); depois mantém-se o processo durante a vigência do PDM.
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€ QREN; PIDDAC; Outros

Acção/ Projecto 1.5.2

Designação	**Sistema de Monitorização do Planeamento e Gestão Urbanística do Território Municipal**
Descrição	Constituir um procedimento integrado e permanente de inventariação e actualização dos usos e ocupação do território, incluindo as infraestruturas e equipamentos públicos ou de uso público, as operações urbanísticas e edificações licenciadas e executadas, os principais recursos, actividades e estruturas territoriais e as variações da população em número, características e localização.
Natureza da Acção	ORG
Fundamentação	Permitir o conhecimento da evolução física, económica e social do território municipal, servindo de apoio permanente à gestão urbanística e dando suporte técnico aos processos de alteração ou revisão dos PMOT e dos regulamentos e posturas municipais associados.
Entidades Responsáveis	MUN
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	12 meses (para instalação do sistema); depois mantém-se o processo durante a vigência do PDM.
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€ QREN; PIDDAC; Outros

Acção/ Projecto 1.5.3

Designação	**Matriz de uso e ocupação do território na Região do Norte**
Descrição	Observatório do Ordenamento do Território -1: Levantamento da situação de referência – Carta de uso do solo da Região do Norte Avaliação da situação de referência através da elaboração da carta de usos do solo à escala regional e criação de uma base de dados SIG e alfa-numérica associada, através da interpretação de levantamento ortofotogramétrico respectiva interpretação e edição de resultados.
Natureza da Acção	Instrumentos Estratégicos, Planeamento e Programação – PLAN/ realização de Estudos projectos - IMAT
Fundamentação	Constitui uma base de referência para o conhecimento rigoroso da distribuição dos principais usos do solo, partindo do pré-estabelecimento da matriz fundamental de diferenciação das tipologias de usos dominantes em solo rural e da distribuição das áreas artificializadas. Constitui uma ferramenta determinante para o conhecimento da região e para o posterior acompanhamento da execução dos IGT. Dá corpo à construção do sistema integrado de monitorização do ordenamento do território na região – Observatório do OT.
Entidades Responsáveis	CCDR-N
Grau de Prioridade	1
Horizonte Temporal	2009
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€ PIDDAC

Acção/ Projecto 1.5.4

Designação	**Execução dos IGT na Região do Norte**
Descrição	Observatório do Ordenamento do Território -2: Acompanhamento e avaliação da execução dos instrumentos de ordenamento do território – Programa de acompanhamento e avaliação da execução do PROT-N e dos PMOT a)Recolha e tratamento das bases de dados SIG relativas às principais condicionantes legais com tradução nos PMOT e integração na cartografia de uso do solo; (articulação com o Projecto …. aproveitando a definição e organização das componentes da RFCN em base SIG – Áreas protegidas e classificadas, REN, RAN e DH) b) Recolha e tratamento das bases de dados SIG relativas à classificação e qualificação do solo nos PDM. c) Estabelecimento e aplicação de metodologia de avaliação da execução dos planos; análise de efeitos das opções municipais de ordenamento sobre os usos actuais do solo retratados pelo levantamento da situação de referência, no Projecto 1.4.1 d) Em articulação com o Projecto 2.1.4, criar ferramentas SIG de suporte à monitorização da eficácia dos PMOT e, especificamente, da defesa das componentes da RFCN.
Natureza da Acção	Instrumentos Estratégicos, Planeamento e Programação – PLAN/ realização de Estudos projectos - IMAT
Fundamentação	Estabelece-se um procedimento de recolha sistemática da cartografia dos PDM em formato vectorial, cumprindo uma determinação legal já vigente, promovendo a centralização e sistematização da base de dados enquanto ferramenta de apoio à monitorização e, concretamente, à eficácia dos IGT. Dá corpo à construção do sistema integrado de monitorização do ordenamento do território na região – Observatório do OT.
Entidades Responsáveis	CCDR-N, Municípios
Grau de Prioridade	1-2
Horizonte Temporal	2009-2012
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€ PIDDAC

Acção/ Projecto 1.5.5

Designação	**Avaliação Ambiental Estratégica de Planos na Região do Norte**
Descrição	Observatório do Ordenamento do Território -3: Seguimento/monitorização da AAE de PMOTs - Construção de um sistema integrado de recolha de monitorização da AAE dos IGT. - Estabelecimento de um programa de monitorização Indicadores de avaliação - SIPNAT: - recolha e uniformização dos indicadores e resultados da avaliação sistemática da execução dos PMOT e da AAE pelos municípios; - tratamento das bases de dados e sistematização de resultados; - aplicação de um sistemas de indicadores transversais à escala regional, para seguimento dos PMOT; - divulgação de resultados e recomendações. Instrumentos Estratégicos, Planeamento e Programação – PLAN/ realização de Estudos projectos - IMAT
Fundamentação	Na sequência do estabelecimento do regime de avaliação de planos através do DL 232/2007 de 15 de Junho, importa sistematizar os resultados do processo de AAE dos PMOT e promover a sua incorporação em base de dados regional, enquanto contributo para o melhoramento contínuo dos instrumentos de ordenamento do território.
Entidades Responsáveis	CCDRN, Municípios, APA
Grau de Prioridade	1-2
Horizonte Temporal	2009-2013
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	……€ PIDDAC

Acção/ Projecto 1.5.6

Designação	**Cadernos Técnicos de Apoio à Revisão dos PDM**
Descrição	Observatório do Ordenamento do Território -4: Programa de acompanhamento e apoio à revisão dos PMOT -Elaboração de guias orientadores para a revisão dos PMOT, designadamente: Guia Orientador (geral) Guias Orientadores temáticos – Recursos Geológicos Guias Orientadores temáticos – Ordenamento florestal Guias Orientadores temáticos - RAN
Natureza da Acção	Instrumentos Estratégicos, Planeamento e Programação – PLAN/ realização de Estudos projectos - IMAT
Fundamentação	Estando em processo de revisão a maior parte dos PDM da Região Norte a elaboração de guias orientadores objectiva esclarecer sobre a aplicação da legislação e dos Planos Sectoriais nos conteúdos materiais e documentais dos planos e sistematizar e uniformizar procedimentos legais e metodológicos.
Entidades Responsáveis	CCDRN
Grau de Prioridade	1
Horizonte Temporal	2009
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	…….€ PIDDAC

Acção/ Projecto 1.5.7

Designação	**Avaliação Ambiental Estratégica do PROT-N**
Descrição	Observatório do Ordenamento do Território -5: Acompanhamento e avaliação dos instrumentos de ordenamento do território – Programa de seguimento do PROT-N - Estabelecimento e concretização do programa de seguimento e monitorização da avaliação ambiental do PROT-N
Natureza da Acção	Instrumentos Estratégicos, Planeamento e Programação – PLAN/ realização de Estudos projectos - IMAT
Fundamentação	Esta acção dá enquadramento processual e financeiro à fase de Avaliação e Controlo estabelecida pelo regime de avaliação de planos e programas - D.L. 232/2007 de 15 de Junho – artº 11º.
Entidades Responsáveis	CCDRN, APA
Grau de Prioridade	1
Horizonte Temporal	2007-2013
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	……€ PIDDAC

Acção/ Projecto 1.5.8

Designação	**Os PMOT como instrumentos de salvaguarda do Douro Património Mundial - UNESCO**
Descrição	*Observatório do Ordenamento do Território - 6: Transposição do PIOT-ADV para os PMOT* *- Definição de orientções metodológicas para a transposição e articulação do PIOTADV com outros planos, nomeadamente os PDM, aproveitando o processo de revisão dos PDM em curso, de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 150/2003 de 22 de Setembro,* *- Adaptação dos limites da área classificada como Património Mundial da UNESCO em base cartográfica de formato cartografia vectorial, e em escala ajustada à gestão municipal.*
Natureza da Acção	*Instrumentos Estratégicos, Planeamento e Programação – PLAN/ realização de Estudos projectos - IMAT*
Fundamentação	*A Resolução do Conselho de Ministros nº 150/2003 de 22 de Setembro compreende o Quadro de referência para a revisão dos PMOT- recomendações que têm em vista a transposição das orientações do PIOTADV para os PMOT, tendo em consideração os perímetros urbanos, o plano de água, o solo rural e a estrutura ecológica.* *Objectiva-se sistematizar e uniformizar a sua integração nos PDM em fase de revisão, respeitando as categorias de qualificação do solo rural e a delimitação indicativa, e estabelecendo critérios de precisão na transposição de escala.* *Respeitando os parâmetros e condicionamentos de utilização do solo rural da área abrangida pelo PIOT, designadamente para plantação ou replantação de vinha, as orientações substantivas e o plano de acção,* *Tendo em conta que o PIOT é um instrumento de gestão territorial vinculativo apenas para as entidades públicas (e não directamente para as privadas), as orientações estratégicas, em especial as orientações substantivas, deverão ser objecto de transposição para o PDM de cada concelho aquando da respectiva revisão.*
Entidades Responsáveis	*CCDRN, MUN do ADV O IVV e a DRATM, MC*
Grau de Prioridade	*1*
Horizonte Temporal	*2007-2013*
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	*……€ PIDDAC*

Acção/ Projecto 1.5.9

Designação	**O PDM como instrumento de salvaguarda do Património Mundial do Vale do C**
Descrição	Observatório do Ordenamento do Território -7: Transposição do regime de salvaguarda do Parque Arqueológico do Vale do Côa para o PDM de Vila Nova de Foz Côa Identificação dos regimes de salvaguarda do património arqueológico no Vale do Côa, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com os objectivos que presidiram à criação do parque arqueológico e à classificação como Património Mundial. Adaptação dos limites da área classificada como Património Mundial da UNESCO em base cartográfica de formato cartografia vectorial, e em escala ajustada à gestão municipal.
Natureza da Acção	Instrumentos Estratégicos, Planeamento e Programação – PLAN/ realização de Estudos projectos - IMAT
Fundamentação	Conciliando a oportunidade criada pelos exercícios de revisão do PDM e do plano de ordenamento de parque arqueológico, objectiva-se articular estas acções numa estratégia integrada de valorização do património natural e cultural da Região, acautelando, através da vinculação das entidades públicas e privadas, a defesa do Sítio Classificado pela UNESCO.
Entidades Responsáveis	CCDRN, MC, MUN, ICNB
Grau de Prioridade	2
Horizonte Temporal	2007-2013
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	……€ PIDDAC

Acção/ Projecto 1.5.10

Designação	**Ajustamento dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) não municipais à legislação actual e sua articulação com os PMOT**
Descrição	Alteração pontual – ou revisão, quando a situação o aconselhar – dos Planos Sectoriais e/ou Especiais anteriores às últimas revisões da LBOTU e RJIGT que incluem normativos específicos sobre o regime de uso de solo, limitando-os à protecção dos recursos e valores que tutelam, nos termos legais.
Natureza da Acção	IGT
Fundamentação	Embora a LBOTU, desde a sua versão inicial (1998) e o RJIGT, na revisão de 2007, definam claramente que os PMOT são os únicos planos que estabelecem o regime de uso do solo, há vários planos sectoriais e especiais anteriores que estabelecem regras nesse domínio, em contradição do actual enquadramento legal, o que pode causar dúvidas na aplicação a casos concretos e mesmo o recurso a procedimentos judiciais.
Entidades Responsáveis	AC / entidades responsáveis pela elaboração de Planos Sectoriais e Especiais
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	12 meses
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	PIDDAC

2. Sistema Biofísico e Patrimonial

2.1. Protecção e Valorização Ambiental

Acção/ Projecto 2.1.1

Designação	**Orientações para a delimitação da REN de nível operativo**	
Descrição	Estabelecimento das directrizes e critérios de delimitação da REN de nível operativo: definição e publicação de directrizes e critérios de delimitação da REN de nível operativo para os municípios da Região do Norte. Edição de um guia orientador para os PDM de 2ª geração	
Natureza da Acção	Instrumentos Estratégicos, Planeamento e Programação – PLAN	
Fundamentação	A tradução da RFCN e, especificamente, da REN, nos PMOT, constitui um objectivo estratégico para a integração do sistema biofísico e patrimonial nos instrumentos de planeamento e gestão do território. Neste contexto de concretização das orientações estratégicas do PROT-N para o Sistema Biofísico, importa estabelecer as directrizes e os critérios para a delimitação da REN de nível operativo (âmbito municipal), nos termos do regime legal aplicável em coerência com a ERPVA e com a REN de nível estratégico.	
Entidades Responsáveis	CCDRN, ARH	
Grau de Prioridade	Prioridade 1	
Horizonte Temporal	12 meses	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	50.000 €	PIDDAC

Acção/ Projecto 2.1.2

Designação	**Estrutura da Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN) na Região Norte**	
Descrição	Elaboração da cartografia da RFCN em base cartográfica de suporte digital (SIG)	
Natureza da Acção	Instrumentos Estratégicos, Planeamento e Programação - PLAN	
Fundamentação	Dando corpo a uma das opções estratégicas da ENCNB, pretende-se constituir a uma base informativa cartográfica integrada sobre a Rede Fundamental de Conservação da Natureza estabelecida nos PDM da região e assegurar o seu registo e monitorização. (projecto a integrar no Observatório Regional do Ordenamento do Território- Acções 1.4) Elaboração da cartografia da RFCN (SIG) diferenciando as componentes à escala municipal (Áreas Protegidas e áreas classificadas na RN2000, outras áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais, REN, RAN, DH): 1º) recolha da informação dos PDM publicados e em fase de revisão; verificação dos conteúdos e uniformização da base informativa em SIG, transposição para uma base de dados da CCDRN. 2º) elaboração da base cartográfica - agrupamento dos contributos de âmbito municipal e diferenciação das componentes; tratamento e interpretação da base de dados cartográfica e alfanumérica associada	
Entidades Responsáveis	CCDR-N	
Grau de Prioridade	Prioridade 1-2	
Horizonte Temporal	24 meses	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	50.000€	PIDDAC

Acção/ Projecto 2.1.3

Designação	**Gestão activa municipal na RN2000**	
Descrição	Modelo de gestão multifuncional e dinamização local para 2 ou 3 Sítios da RN2000 de relevância regional	
Natureza da Acção	Projecto imaterial	
Fundamentação	Tendo em vista mobilizar a iniciativa e responsabilidade da administração local pretende-se promover projectos piloto para validação da metodologia de transposição dos valores e do regime de gestão estabelecidos no Plano Sectorial da Rede Natura 2000 para o âmbito municipal – estabelecem-se 3 áreas piloto potenciais, pela relevância regional e abrangência intermunicipal: Sítios Alvão-Marão, Montemuro e Sabor e Maçãs.	
Entidades Responsáveis	CCDR-N, ICNB, Municípios	
Grau de Prioridade	1-2	
Horizonte Temporal	2013	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	……€	QREN, ON2, GAEPC

Acção/ Projecto 2.1.4

Designação	**Sistema Nacional de Áreas Classificadas – Caderno de apoio aos PDM de 2ª geração**	
Descrição	Actualização e edição de guia orientador para a revisão dos PDM	
Natureza da Acção	Edição/publicação	
Fundamentação	As alterações ao RJGIT e ao regime do SNAC ao longo do processo de revisão dos PDM, considerando a extensão da rede de áreas classificadas na Região do Norte e ao objectivo estratégico de incorporação da ERPVA nos IGT, justifica o esforço de sistematização e divulgação de orientações sobre esta temática, que foram já desenvolvidas em articulação com o ICNB.	
Entidades Responsáveis	CCDR-N	
Grau de Prioridade	1	
Horizonte Temporal	2009	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	2.000€	PIDDAC

Acção/ Projecto 2.1.5

Designação	**Indicadores de referência para a qualificação ambiental de espaços urbanos**	
Descrição	Estudo para a definição de Normas e indicadores de referência para a qualificação ambiental de espaços urbanos e áreas urbanas e áreas urbanizáveis.	
Natureza da Acção	Instrumentos Estratégicos, Planeamento e Programação - PLAN	
Fundamentação	A concretização das orientações estratégicas do PROT-N para o Sistema Biofísico e patrimonial compreende o desenvolvimento de uma rede de espaços naturais e espaços verdes de valorização e sustentabilidade ambiental nas áreas de maior densidade urbana. Objectiva-se estabelecer e divulgar orientações para a integração das componentes da ERPVA/RFCN nos IGT vinculativos dos particulares, tendo em vista assegurar a funcionalidade e eficácia destes espaços no contributo para os objectivos prioritários de qualificação ambiental e de redução de riscos em espaço urbano.	
Entidades Responsáveis	CCDR-N	
Grau de Prioridade	1-2	
Horizonte Temporal	2009-2010	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	9.000€	PIDACC, QREN, ON2, GAEPC…

Acção/ Projecto 2.1.6

Designação	**Rede de Parques Metropolitanos**	
Descrição	Estudo para a criação de uma rede de espaços verdes na AMP e estabelecimento do seu modelo de gestão	
Natureza da Acção	Instrumentos Estratégicos, Planeamento e Programação - PLAN	
Fundamentação	Promover aa definição das áreas de salvaguarda estratégica para a integração na estrutura ecológica de âmbito intermunicipal, à escala da Área Metropolitana do Porto, considerando as diversas tipologias de espaços verdes municipais, áreas florestais peri-urbanas, rede hidrográfica e corredores ribeirinhos e veigas agrícolas estruturantes.	
Entidades Responsáveis	CCDR-N / AMP / Municípios	
Grau de Prioridade	1	
Horizonte Temporal	12 meses	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	…..€	QREN, POR

Acção/ Projecto 2.1.7

Designação	**Autarquias 2000**
Descrição	Criar programas de formação profissional para funcionários e técnicos de autarquias
Natureza da Acção	Formação profissional
Fundamentação	Criar programas de formação profissional para funcionários e técnicos de autarquias integradas em RN2000 é uma das opções estratégicas da ENCNB. Na sequência da transposição do regime de gestão da RN2000 para os PDM, estabelecido no Plano Sectorial da RN e no RJCNB, e atendendo à fundamental para a concretização das opções estratégicas do PROT-N, dotar os recursos humanos das autarquias para as novas competências de gestão, após Adoptar um programa, a elaborar, pelo ICN e pelo organismo do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território responsável pela educação ambiental, em articulação com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses e o Centro de Estudos e Formação Autárquica, de formação profissional dos funcionários e técnicos das autarquias locais com intervenção em matéria de conservação da Natureza e da biodiversidade; (Enquadrado no programa de execução das opções estratégicas da ENCNB)
Entidades Responsáveis	CCDRN, ICNB, T. Emprego e Formação Profissional
Grau de Prioridade	2
Horizonte Temporal	2010-2013
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	……. QREN

Acção/ Projecto 2.1.8

Designação	**Rede de geo-sítios e paleo-sitios do Norte**
Descrição	Criar roteiro educativo e turístico com base nos sítios de interesse geológico e paleontológico
Natureza da Acção	Planeamento e Programação – PLAN; Intervenções físicas e obras – OBRA
Fundamentação	A riqueza geológica, singularidade e notabilidade de alguns geossítios, associada ao património natural da região do Norte, dever ser motor de desenvolvimento e atractividade dos territórios locais, devidamente integrada em rotas orientadas para a valorização turística, visitação, e educação ambiental. Objectiva-se proceder ao levantamento e organização de roteiros, desenvolvimento de suportes de comunicação e instalação de sinalética orientadora e explicativa nos locais.
Entidades Responsáveis	CCDRN, DREN, DGEG, Turismo de Portugal, Municípios
Grau de Prioridade	2
Horizonte Temporal	2010-2013
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	……. QREN

Acção/ Projecto 2.1.9

Designação	**Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região do Norte**
Descrição	Elaborar e implementar o Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região do Norte e o respectivo Programa de Execução
Natureza da Acção	PLAN; EXEC
Fundamentação	Criação de políticas e de acções articuladas para a melhoria da qualidade do ar
Entidades Responsáveis	CCDR-N
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	2 anos
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	

Acção/ Projecto 2.1.10

Designação	**Adopção de medidas e sistemas de incentivos e compensações a territórios com estatuto de protecção ambiental**
Descrição	Conceber medidas legais que contemplam a atribuição de incentivos ou compensações para territórios abrangidos por estatutos de protecção ambiental, tal como Áreas Protegidas e Rede Natura 2000, Planos Especiais e áreas integradas na Estrutura Ecológica Municipal. Estes incentivos não devem ser meros subsídios mas, principalmente, aprovação e estímulo para novos usos, compatíveis com a protecção da natureza e, mesmo quando monetários, deverão estar ligados à realização de acções concretas.
Natureza da Acção	NJ
Fundamentação	Para garantir a equidade territorial e a justiça económico-social, deverá assegurar-se aos proprietários de terrenos abrangidos por estatutos de protecção ambiental que limitem a sua utilização, relativamente a outros espaços próximos e com as mesmas potencialidades de origem, formas de compensação ou incentivo que reponham a igualdade das expectativas económicas e de utilidade. Igual procedimento se deverá adoptar para com as autarquias locais responsáveis por esses territórios, atendendo ao maior custo das infraestruturas e limitação do rendimento fiscal nesses territórios
Entidades Responsáveis	AC
Grau de Prioridade	Prioridades 1
Horizonte Temporal	18 meses
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€ AC – Tutela das Finanças e da Administração Local

Acção/ Projecto 2.1.11

Designação	**Inventariação das situações geradoras de passivos ambientais e definição de estratégias para a sua eliminação**
Descrição	Promover a identificação, localização cartográfica e inventariação sistemática das situações de origem antrópica potencialmente geradoras de passivos ambientais, e/ou dissonâncias paisagísticas graves (pedreiras esgotadas ou abandonadas, áreas mineiras degradadas, depósitos de resíduos e sucatas, solos contaminados, entre outros), incluindo a avaliação da perigosidade, as prioridades de actuação e a definição das estratégias de intervenção
Natureza da Acção	PLAN; OBRA
Fundamentação	Necessidade de garantir a progressiva eliminação / atenuação das situações geradoras de impactos ambientais ou paisagísticos importantes, com prioridade para aqueles que constituem fonte de risco para as populações vizinhas e definir as formas e estratégias de intervenção a adoptar para cada tipologia
Entidades Responsáveis	CCDR; MUN; CIM
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	2 anos
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€ PIDDAC

Acção/ Projecto 2.1.12

Designação	**Inventariação das bacias de concentração de instalações agro-pecuárias geradoras de águas residuais e definição das estratégias de tratamento**
Descrição	Promover a identificação, localização cartográfica, dimensão e tipologia das grandes instalações agro-pecuárias intensivas, nomeadamente vacarias e suiniculturas, definindo bacias de concentração e soluções técnicas integradas para o tratamento das águas residuais delas provenientes
Natureza da Acção	PLAN
Fundamentação	Necessidade de garantir a qualidade do estado ecológico e químico das águas de superfície e subterrâneas. Promovendo o tratamento dos efluentes pecuários, altamente poluidores e combatendo os focos de contaminação, com recurso, sempre que possível, a soluções integradas por bacia, garantindo maior eficácia e economias de escala.
Entidades Responsáveis	TADRP/DRAPN-ARH-MUN; CIM
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	12 meses
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	PIDDAC

2.2 Património Histórico e Cultural

Acção/ Projecto 2.2.1

Designação	**ROTA DO PATRIMÓNIO RELIGIOSO DO ALTO MINHO**
Descrição	Preservação do conjunto de imóveis, estudar aprofundadamente as suas características e evolução histórica e efectuar a sua divulgação e animação numa perspectiva de rede. Pretende-se a realização de acção de levantamento do estado de conservação do conjunto de imóveis; de levantamento de todo o património imóvel, integrado e móvel; de estudo histórico dos imóveis; de execução de trabalhos de conservação; de execução de trabalhos com vista a uma fruição de qualidade, nomeadamente no que diz respeito às acessibilidades e à sinalética; de edição (livros, desdobráveis,...);
Natureza da Acção	Instrumentos Estratégicos, Planeamento e Programação – PLAN; Realização de eventos / acções imateriais – IMAT e Intervenções físicas e obras – OBRA
Fundamentação	No património religioso do Alto Minho destacam-se cerca de 20 igrejas, testemunhos significativos da arquitectura românica nacional. Trata-se normalmente de pequenos imóveis inseridos em espaço rural, construídos como igrejas paroquiais ou integradas em pequenos mosteiros e que pelas suas notáveis características artísticas foram desde cedo consideradas como exemplos a preservar da arquitectura medieval nacional. A este conjunto coerente de imóveis românicos agregar-se-ão, pontualmente, alguns outros imóveis do final do período medieval que por serem também propriedade do Estado e contribuírem para uma melhor distribuição regional se julga adequado incluir Tendo em consideração a sua vetustez e utilização intensiva necessitam estes imóveis de intervenções de conservação e restauro, em geral de pouca profundidade, de forma a assegurar a sua adequada preservação.
Entidades Responsáveis	IGESPAR
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	1.440.000 € QREN; PIDDAC

Acção/ Projecto 2.2.2

Designação	**200 ANOS DE UM MOMENTO: MEMÓRIA DAS INVASÕES FRANCESAS (1809 / MOSTEIRO DA SERRA DO PILAR**
Descrição	Organização de uma exposição e um seminário no Mosteiro da Serra do Pilar, conjunto monumental sobranceiro ao Douro, localização que além de proporcionar uma vista privilegiada sobre o rio e a cidade do Porto, marca um dos mais importantes baluartes de resistência ao avanço das tropas comandadas por Soult, aquando da segunda invasão em 1809. Realização de acções de conservação, valorização e requalificação no claustro e espaços anexos do Mosteiro da Serra do Pilar. Dotar o monumento de condições adequadas à fruição pública; Estabelecer em parceria com os agentes envolvidos nas comemorações um programa cultural para o monumento, designadamente na organização da exposição temática "200 anos de um momento: memória das Invasões Francesas (1809 / 2009)" e seminário.
Natureza da Acção	Concessão de apoios e incentivos (técnicos, logísticos e financeiros) – APO; Realização de eventos / acções imateriais – IMAT; Intervenções físicas e obras – OBRA
Fundamentação	A propósito dos 200 anos das comemorações das invasões francesas, julgamos importante assinalar esta data associando-nos à Comissão das Comemorações dos 200 Anos das Invasões Francesas (1807-1811) e a outros agentes que venham a estar interessados nesta iniciativa, através de um conjunto de acções que visem assinalar este acontecimento. Este momento de comemorações é também uma oportunidade para promover um conjunto de acções de recuperação e valorização de um conjunto arquitectónico incluído na classificação de Património Mundial pela Unesco e de garantir o conveniente uso cultural de espaços que actualmente carecem de urgente intervenção, quer pelo estado infraestrutural débil – claustro e espaços adjacentes -, quer pelo que nobreza e dignidade do monumento impõem.
Entidades Responsáveis	IGESPAR; Comissão para os 200 anos das Invasões Francesas; CM do Porto; CM de Vila Nova de Gaia; Universidade do Porto.
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	2009 …
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	1.500.000 € QREN; PIDDAC; Outros

Acção/ Projecto 2.2.3

Designação	**CONJUNTOS MONÁSTICOS DA REGIÃO NORTE: POTENCIAÇÃO DE UMA REDE DE EXCELÊNCIA PATRIMONIAL, CULTURAL E TURÍSTICA**
Descrição	Programa de conservação e valorização nos espaços ainda não intervencionados; Inventariação, estudo e musealização do espólio arqueológico dos conjuntos monásticos; "Do *scriptorum* ao digital" - Projecto em rede de tratamento e disponibilização da informação; Dotar os conjuntos monásticos de espaços de acolhimento / interpretação (nos casos em que ainda não dispõem); Implementar circuitos de visita em cada um dos conjuntos monásticos e promovê-los em rede; Concepção de material de divulgação/informação adequado à interpretação do património na perspectiva turístico-cultural – *ex*: sinalética; edição de monografias / folhetos-guia...; Organização de espectáculos nos vários Monumentos seleccionados que englobem diferentes manifestações artístico-performativas (moda, música e multimédia), com desafio a escolas de design de moda, envolvimento de jovens criadores a idealizarem trabalhos de projecto com colecções inspiradas no tema dos monumentos envolvidos; Dinamização de actividades de carácter cultural – ex: promoção de Ciclo de concertos *«(re)Visitações musicais»*, onde se cruzam os patrimónios arquitectónico e o musical, sublinhando o potencial acústico dos monumentos que constitui o objectivo do presente projecto; Exposição itinerante (a percorrer os monumentos estudados) em parceria com o ciclo de concertos; Organização de Seminário de apresentação pública dos resultados da caracterização acústica s dos espaços.
Natureza da Acção	Concessão de apoios e incentivos (técnicos, logísticos e financeiros) – APO; Realização de eventos / acções imateriais – IMAT; Intervenções físicas e obras – OBRA
Fundamentação	O *"Conjuntos Monásticos da Região Norte: Potenciação de uma Rede de Excelência Patrimonial, Cultural e Turística"* pretende dar sequência aos trabalhos de conservação e valorização destes recursos patrimoniais, com um claro enfoque na qualificação da experiência de visita e na constituição de uma visão em rede destes conjuntos, aproveitando as oportunidades ao nível da exploração de circuitos turístico - patrimoniais constituídos por diversos monumentos, com um discurso comum entre si, e com a participação dos demais agentes actuantes na qualificação do território, na estratégia promocional da Região
Entidades Responsáveis	IGESPAR
Grau de Prioridade	Prioridade 2
Horizonte Temporal	2-3 anos
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	3.280.000 € QREN; PIDDAC

Acção/ Projecto 2.2.4

Designação	**O PLANALTO DE NUMÃO – VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO REGIONAL NO ÂMBITO DO VALE DO DOURO**	
Descrição	Estudos e projectos de valorização e conservação; Intervenções de conservação, restauro e valorização; Investigação e projecto museológico; Execução do projecto museológico	
Natureza da Acção	Concessão de apoios e incentivos (técnicos, logísticos e financeiros) – APO; Realização de eventos / acções imateriais – IMAT; Intervenções físicas e obras – OBRA	
Fundamentação	Rodeado de áreas classificadas como Património Mundial e de valor paisagístico de excepção – o Vale do Douro a Norte e o Vale do Côa a Leste, o planalto de Numão reúne um conjunto notável de vestígios da presença humana desde tempos pré-históricos. Esta riqueza patrimonial, que já tem vindo a ser estudada e valorizada de forma assinalável, constitui-se, até pela proximidade em relação aos dois vales Património da Humanidade, como recurso de qualidade para a atracção e permanência de visitantes na região. No sentido de completar a rede de recursos de âmbito patrimonial da região importa agora intervir na conservação e valorização dos castelos de Numão (V.N. de Foz côa), Penedono e na instalação do Museu da Pré-História Recente situado em Freixo de Numão.	
Entidades Responsáveis	IGESPAR; Parque Arqueológico do Vale do Côa, Câmaras Municipais de Vila Nova de Foz Côa e de Penedono, Juntas de Freguesia de Horta do Douro e de Numão	
Grau de Prioridade	Prioridade 2	
Horizonte Temporal		
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	480.000 €	QREN; PIDDAC; Outros

Acção/ Projecto 2.2.5

Designação	**REDE DAS SÉS CATEDRAIS E IGREJAS MATRIZ DA REGIÃO NORTE**
Descrição	Qualificação do acolhimento e constituição de circuitos interpretativos; Elaboração de conteúdos e edição em diferentes suportes; ex: cdRom; audiovisuais; folhetos / guias...; Encetar programa de conservação, com caracter de urgência em casos como a Sé Catedral de Lamego, Sé de Miranda do Douro e antiga Sé de Bragança; Terminar o programa de intervenção física em componentes edificadas ainda não intervencionadas, em concreto na Sé Catedral de Braga, Sé Catedral do Porto, Sé de Vila Real, Sé de Viana do Castelo; Conservação e valorização das Igrejas Matriz de Vila do Conde, Igreja Matriz de Freixo de Espada-à-Cinta, Igreja Matriz de Torre de Moncorvo...; Constituir e operacionalizar uma rede das Sés Catedrais do Norte de Portugal; Melhoria das condições de fruição cultual e cultural dos imóveis em apreço; Criação de sinalética; Organização de ciclo de concertos e espectáculos multimédia; Realização de Seminário Internacional sobre patologias e conservação de material pétreo
Natureza da Acção	IMAT
Fundamentação	As Sés Catedrais, sede episcopal, e Igrejas Matriz, além de recursos patrimoniais únicos das cidades, apresentam um programa funcional e simbólico singular. O movimento de construção de catedrais corresponde a um período geral de pacificação que vai permitir a formação das cidades e o desenvolvimento do comércio e dos ofícios. A catedral da Idade Média, nas suas várias atribuições enquanto sede do poder episcopal, constituía-se como o que hoje designamos por “centro direccional” de um território vasto. O significado das catedrais (fora do âmbito estritamente eclesiástico) continua hoje a mover-se no terreno do simbólico: Prestígio (monumentalidade, potencial arquitectónico e artístico); Permanência (cada vez mais geradora de legitimidade face ao domínio do efémero); Identidade (sentimento de uma filiação, de uma pertença comum a um tempo longo). O turismo, indústria com especial desenvolvimento nas últimas décadas, acrescentou novos requisitos à política patrimonial: o acolhimento, traduzido em infraestrutura e produção de imateriais, bem como a regulação do desgaste, traduzida numa maior vigilância, cuidados de manutenção e segurança. Por seu lado, a noção de risco, sustentabilidade e de conservação preventiva surgem hoje cada vez mais associadas à gestão do património, obrigando a novos requisitos de planeamento e de actuação.
Entidades Responsáveis	IGESPAR; Dioceses
Grau de Prioridade	Prioridade 2
Horizonte Temporal	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	2.450.000 € QREN; PIDDAC; Outros

Acção/ Projecto 2.2.6

Designação	**VALORIZAÇÃO DA EXCELÊNCIA TURÍSTICA REGIONAL / NORTE, ATRAVÉS DA CARACTERIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS PATRIMONIAIS VERNACULARES**
Descrição	Caracterização do património vernacular da NUT III Alto Trás-os-Montes, a partir de um duplo trabalho: levantamento documental e trabalho de campo; qualificação do património caracterizado, designadamente através de: intervenções de conservação e restauro em colaboração com a Junta de Castela-Leão, Municípios, Turismo e Universidade e certificação enquanto produto turístico; Conferência «Património vernacular Norte-XXI».
Natureza da Acção	Concessão de apoios e incentivos (técnicos, logísticos e financeiros) – APO; Realização de eventos / acções imateriais – IMAT
Fundamentação	Necessidade de valorizar os recursos endógenos em espaços de baixa densidade. Tendo identificado, no quadro da Região Norte, a NUT III Alto Trás-os-Montes como uma área expressivamente deprimida económica e demograficamente; tendo presente que estes factores se reflectem na progressiva degradação dos recursos patrimoniais edificados; atendendo a que estes recursos são detentores de um elevado potencial económico para a Região torna-se fundamental a qualificação dos recursos patrimoniais vernaculares.
Entidades Responsáveis	IGESPAR
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	700.000 € QREN; PIDDAC; Outros

Acção/ Projecto 2.2.7

Designação	**FORTALEZAS ABALUARTADAS DA REGIÃO NORTE**	
Descrição	Levantamento e estudo rigoroso das estruturas defensivas abaluartadas construídas durante os sécs. XVII e XVIII no Alto Minho; levantamento das patologias construtivas destas construções e elaborar os respectivos projectos de recuperação; conservação e restauro das estruturas fortificadas; adaptação das fortificações costeiras a novas utilizações.	
Natureza da Acção	Instrumentos Estratégicos, Planeamento e Programação – PLAN; Concessão de apoios e incentivos (técnicos, logísticos e financeiros) – APO; Realização de eventos / acções imateriais – IMAT; Intervenções físicas e obras – OBRA	
Fundamentação	Durante as Guerras da Restauração, entre 1640 e 1668, foi delineada uma linha defensiva ao longo da costa atlântica para impedir eventuais ataques da armada espanhola. Na região do Alto Minho foram remodeladas diversas fortificações já existentes, como o forte da Santiago da Barra, na foz do rio Lima em Viana, ou o forte da Ínsua, em Caminha, fronteiro à margem galega do Minho. Ao mesmo tempo eram construídas novas fortalezas integradas nesta linha defensiva, para reforçar a defesa daquela zona da costa, bastante permeável. Esta linha de defesa da costa inclui também os fortes de Esposende, da Areosa, de Montedor (Carreço), do Cão (Gelfa), da Lagarteira (V.P. de Âncora). Na mesma época são edificadas diversas fortificações abaluartadas destinadas a defender a fronteira terrestre com a Galiza. As principais povoações são cercadas de muralhas, fossos e baluartes – Caminha, V.N. de Cerveira, Valença, Monção, Melgaço, Lindoso e Chaves. Para complementar este complexo esquema defensivo foram edificados uma série de pequenos fortins que se interligavam com as praças fortes principais. Este património encontra-se em estado de conservação muito variado, sendo propriedade do Estado na maior parte dos casos, apenas se exceptuando os pequenos fortins em terra e pedras, destinados a cumprir funções específicas em tempo de guerra e que, abandonados após o final da Guerra da Restauração, são hoje pouco mais que acidentes topográficos integrados em propriedades particulares. As estruturas defensivas integradas em perímetros urbanos têm hoje uma função de carácter monumental e de enquadramento urbano, tendo sido objecto ao longo dos últimos anos de intervenções destinadas a assegurar a requalificação das áreas envolventes (Caminha, V.N. de Cerveira, Valença, Monção e Melgaço). Por outro lado, as fortificações situadas junto à costa, de pequena dimensão e localizadas muito próximo da linha de água, encontram-se abandonadas (excepção para os fortes da Lagarteira e de Esposende, de maior dimensão e entregues à Marinha) e a necessitar de urgentes intervenções de conservação e restauro. Apesar da sua dimensão reduzida podem ter uma utilização de carácter turístico, como apoios de praia, centros informativos sobre turismo ambiental e patrimonial ou como pequenas unidades de restauração, valorizando a sua excepcional localização.	
Entidades Responsáveis	IGESPAR; Câmaras Municipais; Ministério da Defesa; Regiões de Turismo	
Grau de Prioridade		
Horizonte Temporal		
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	1.950.000 €	QREN; PIDDAC; Outros

Acção/ Projecto 2.2.8

Designação	**Monitorização Estrutural do Património da Região Norte – Central de Conhecimento / Prevenção**
Descrição	Sistematização do conhecimento sobre o estado de conservação estrutural dos imóveis e criação de um Centro de Prevenção e Risco, que imediatamente alerte para as patologias provendo a segurança dos monumentos da Região Norte. A realização do plano de trabalho será dividida nas seguintes fases, que se estenderão ao longo de três anos: T0 – Gestão do projecto e produção de relatório técnicos T1 – Customização da técnica de medição pontual T2 – Análise das técnicas de varrimento laser e produção de um "roadmap" para o seu melhoramento, bem como produção de um protótipo. T3 – Monitorização de monumentos T4 – Organização e criação de base de dados
Natureza da Acção	Instrumentos Estratégicos, Planeamento e Programação – PLAN; Apetrechamento institucional / organizativo / técnico da Administração Pública – ORG
Fundamentação	A conservação e a reabilitação do património arquitectónico constituem cada vez mais uma preocupação dos estados desenvolvidos, em especial dos Europeus. Tal deve-se não só ao seu valor histórico e social, mas também às implicações em termos de imagem do país que é passada ao exterior. De facto, a degradação de edifícios e monumentos pode pôr em risco fontes de rendimento importantes essencialmente ligadas ao sector turístico cultural. A intervenção no património é, no entanto, uma tarefa muito complexa e difícil. A este propósito, a Carta de Veneza diz no seu Artigo 2.º o seguinte: "A conservação e o restauro dos monumentos exige a colaboração de todas as ciências e de todas as técnicas que possam contribuir para o estudo e para a salvaguarda do património monumental." De entre as ciências e as técnicas existentes, é hoje universalmente aceite que a monitorização assume um papel chave em termos de conservação do património ao permitir uma quantificação espacial e temporal das necessidades de reabilitação.
Entidades Responsáveis	IGESPAR;
Grau de Prioridade	
Horizonte Temporal	36 meses
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	230.000 € QREN; PIDDAC

Acção/ Projecto 2.2.9

Designação	**OBSERVATÓRIO DO PATRIMÓNIO CULTURAL**
Descrição	A criação do Observatório permitirá dispor de um conjunto de meios: Tecnológico, que permitam tratar a informação através dos mais modernos recursos, nomeadamente procedendo-se à digitalização dos arquivos, desenhos e fotografias e a disponibilização de diferentes suportes de informação; Informático, que permitam prosseguir com celeridade à sistematização do arquivo e possibilitem uma crescente automatização dos procedimentos correntes de gestão documental; Infra-estruturais, que criem os espaços mediateca e arquivo (tanto do ponto de vista da documentação administrativa como iconográfica), espaços para consulta e serviços técnicos.
Natureza da Acção	Intervenções físicas e obras – OBRA; Apetrechamento institucional / organizativo / técnico da Administração Pública – ORG
Fundamentação	A necessidade de construção de edifício que permita a instalação de arquivos, bem como a instalação de equipamento e de funções que viabilizem a difusão do conhecimento sobre o instrumento legal da classificação no Norte de Portugal; a nventariação e georeferenciação do património cultural edificado, a edição/publicação: contempla a definição de uma linha editorial para a publicação – em suporte de papel e/ou digital – de trabalhos de investigação do âmbito de mestrado e doutoramento, exigindo o estabelecimento de contactos institucionais com as Universidades e com os autores dos referidos trabalho DVD, livro), criando-se um site para a base de divulgação das teses (em alternativa essa base poderá estar alojada no site da Direcção Regional de Cultura); a realização de um produto audiovisual sobre o património cultural na Região Norte - O projecto preconiza a realização de um produto que articule um rigoroso cunho científico com elevada qualidade estética e que seja capaz de se constituir como uma referência enquanto modelo de documentário sobre património cultural; o levantamento dos elementos geométricos que permitam a construção de modelos de simulação numérica essenciais para a avaliação de segurança das construções; os levantamentos através de “laser scanning” e fotografia ortonormada para a recons-tituição digital tridimensional detalhada das construções, entre outros.
Entidades Responsáveis	IGESPAR
Grau de Prioridade	
Horizonte Temporal	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	3.000.000 € QREN; PIDDAC

Acção/ Projecto 2.2.10

Designação	**A PRESENÇA ROMANA NO NORTE DE PORTUGAL -RECURSOS ÂNCORA**	
Descrição	Investigação, conservação e valorização das estruturas arqueológicas. Manutenção, sinalização, promoção e melhoria das condições de fruição. Qualificação de circuitos para acesso de visitantes. Qualificação do sistema informativo para disponibilização do conhecimento a visitantes através de recursos humanos especializados e de recursos técnicos Edições de material de apoio à visita da rede Investigação de campo e laboratório	
Natureza da Acção	Apetrechamento institucional / organizativo / técnico da Administração Pública – ORG; Concessão de apoios e incentivos (técnicos, logísticos e financeiros) – APO; Realização de eventos / acções imateriais – IMAT	
Fundamentação	Valorizar e potenciar o trabalho já desenvolvido ao longo dos anos. Neste contexto, é necessário não só proceder à investigação e valorização dos recursos patrimoniais deste período em concreto, mas estruturá-los para que possam constituir um produto / imagem da importância e diversidade do legado arqueológico romano desta Região, tendo por base o interesse em enriquecer a identidade da Região, com a garantia de disponibilização de um efectivo produto de qualidade, que associa ao lazer e à fruição o rigor na informação científica e técnica que se disponibiliza, procurando-se também atingir segmentos de público cuja motivação integra o Conhecimento, para além dos públicos Escolares e Turísticos	
Entidades Responsáveis	IGESPAR	
Grau de Prioridade		
Horizonte Temporal		
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	750.000 €	QREN; PIDDAC

Acção/ Projecto 2.2.11

Designação	**PATRIMÓNIO DO VALE DO VAROSA – UM ITINERÁRIO**
Descrição	As acções a desenvolver prendem-se não só com a investigação e estudo histórico, arqueológico, arquitectónico, patrimonial e local, mas também com os sistemas construtivos, artes tradicionais, gastronomia e conhecimento popular, numa perspectiva de divulgação e fruição tirando partido da sua excepcionalidade. Partindo de uma acção integrada relacionando todos os imóveis, para cada um são definidos critérios de intervenção ajustados a cada realidade. Património âncora - musealização do Mosteiro de S. João de Tarouca - estudo e valorização do Mosteiro Salzedas - estudo e recuperação do Mosteiro de Ferreirim Património a agregar - estudo e valorização da Igreja de S. Pedro de Balsemão - valorização e conservação das pontes de Mondim, Ucanha e S. João - estudo e valorização da Igreja Matriz de Ucanha - estudo e valorização da Igreja da Misericórdia de Tarouca - estudo e valorização da Igreja Matriz de Tarouca
Natureza da Acção	Apetrechamento institucional / organizativo / técnico da Administração Pública – ORG; Concessão de apoios e incentivos (técnicos, logísticos e financeiros) – APO; Realização de eventos / acções imateriais – IMAT
Fundamentação	A necessidade de valorização patrimonial dos imóveis seleccionados numa perspectiva regional (encontra-se inserido na região notável do Douro e com acessos privilegiados) estabelecendo uma ligação coordenada e potenciadora de desenvolvimento turístico e cultural. Sublinhamos que o património existente no vale do Varosa é sem dúvida o conjunto monumental mais importante da Região do Douro. A investigação e estudos necessários propostos, possibilitarão não só a compreensão dos objectos mas também a divulgação de todo o processo através de acções de sensibilização locais e eventos internacionais (colóquios, workshop´s, etc.) permitindo também o conhecimento aprofundado para o desenvolvimento dos projectos de recuperação, sem os quais qualquer acção seria inadequada. O estabelecimento de um roteiro permitirá, em coordenação com a região do Douro o desenvolvimento do turismo e da economia local, e ao visitante um conhecimento mais abrangente da região.
Entidades Responsáveis	IGESPAR
Grau de Prioridade	
Horizonte Temporal	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	2.600.000 € QREN; PIDDAC

Acção/ Projecto 2.2.12

Designação	**RRVS | ROTA DO ROMÂNICO DO VALE DO SOUSA**	
Descrição	O projecto da RRVS é composto por projectos que integram acções de natureza material - conservação, salvaguarda e valorização do património histórico construído, valorização e salvaguarda das envolventes aos monumentos da RRVS e por uma componente imaterial de dinamização, promoção e animação da Rota - Plano para a Implementação e Dinamização Turística e Cultural da RRVS, Programa de Formação para a promoção e dinamização da RRVS. A construção de uma Estratégia que integre agentes do território e outros agentes exteriores ao Vale do Sousa é pois, na RRVS, um processo dinâmico que tem vindo a ser perseguido há já uma década. À data, os objectivos estratégicos da RRVS a curto e médio prazo são norteados pelos valores que se passam a enunciar: Concertação | das políticas e dos campos de actuação específicos na protecção e valorização do património que permita uma gestão integrada do património e do território; das políticas públicas e das iniciativas privadas; das estratégias regionais de desenvolvimento enquanto valor primacial para a qualificação do território, do ambiente, da paisagem; Qualificação | a qualificação e ampliação de valências e de produtos e serviços disponibilizados ao visitante, de recursos humanos e técnicos; Cooperação | a ampliação da cadeia de valor das actividades e dos produtos, o reforço da coesão territorial, a melhoria de interacção entre espaços de educação formal e não formal; a optimização dos recursos técnicos; Obtenção de economias de escala | que permita, designadamente, reforçar a capacidade de abertura ao exterior, a visibilidade e a eficácia da comunicação. Eixos prioritários | Reabilitação e valorização do património românico do Vale do Sousa enquanto recurso endógeno estruturante do território; Criação e implementação de um "Sistema de Qualificação e Monitorização"; Reconstrução da Identidade e Envolvimento da População; Jardins da Rota – valorização, visita e interpretação; Estratégia integrada de valorização dos produtos do território; Marketing e Comunicação; Serviços turísticos complementares	
Natureza da Acção	Concessão de apoios e incentivos (técnicos, logísticos e financeiros) – APO; Realização de eventos / acções imateriais – IMAT; Intervenções físicas e obras – OBRA	
Fundamentação	A RRVS | Rota do Românico do Vale do Sousa enquanto modelo e estratégia é na sua essência um modelo de valorização dos recursos endógenos e consolida-se enquanto factor de desenvolvimento regional alicerçado nos valores patrimoniais do românico regional.	
Entidades Responsáveis	VALSOUSA	
Grau de Prioridade	Prioridade 1	
Horizonte Temporal	10 anos	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	25.000.000 €	QREN, PIDDAC, VALSOUSA, Turismo de Portugal, outros

2.3. Sustentabilidade Hídrica

Acção/ Projecto 2.3.1

Designação	**Luta contra a desertificação**
Descrição	Definição e estabelecimento de medidas cautelares e de contingência para a intervenção em áreas de elevada susceptibilidade à desertificação e à seca
Natureza da Acção	Instrumentos estratégicos, Planeamento e Programação - PLAN
Fundamentação	Para as áreas mais susceptíveis à desertificação e à seca identificadas no PANCD- Mirandela, Vila Flor, Torre de Moncorvo, Alfandega da Fé e Freixo de Espada à Cinta, cerca de 10% da superfície da Região do Norte- estabelecer modelos de uso e ocupação do solo adequados às disponibilidades hídricas e promotores da conservação, infiltração e retenção da água no solo, de aplicação directa e critérios de dimensionamento e regras de uso/ocupação do solo a transpor para os PMOT.
Entidades Responsáveis	CCDRN
Grau de Prioridade	Prioridade 2-3
Horizonte Temporal	2010-2013
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€ QREN, PIDDAC

Acção/ Projecto 2.3.2

Designação	**Protecção dos Recursos Hídricos – Recomendações técnicas**
Descrição	Elaborar recomendações técnicas de concretização dos princípios de protecção dos recursos hídricos tendo em vista a sua incorporação no sistema de planeamento territorial, com o objectivo de: - Orientar as áreas de crescimento urbano; - Definir tipologias de incompatibilidades; - Estabelecer gradiente de intensidade de ocupação das margens; - Promover afastamento das construções das linhas de água; - Definir localização preferencial de novas ocupações; - Definir estratégia de acessibilidade às linhas de água e de estacionamentos; - Propor áreas non-edificandi nos locais mais sensíveis; - Orientar a localização das descargas urbanas e industriais
Natureza da Acção	NT
Fundamentação	Contributo operacional para o reforço da sustentabilidade ambiental da Região
Entidades Responsáveis	CCDRN; ARH-N; ANPC
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	1 ano
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€ QREN, PIDDAC

Acção/ Projecto 2.3.3

Designação	**Definição de orientações técnicas e regras harmonizadas para a utilização do domínio hídrico**
Descrição	Estudar a definição de tipologias de utilização das áreas de protecção aos cursos de água e das suas margens com vista a homogeneizar o zonamento de usos ao longo destes.
Natureza da Acção	PLAN; NT
Fundamentação	Contributo operacional para o reforço da sustentabilidade ambiental da Região
Entidades Responsáveis	CCDRN; ARH-N; INAG
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	2 anos
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€ QREN, PIDDAC

2.4. Faixa Litoral

Acção/ Projecto 2.4.1

Designação	**Monitorização das Estruturas de Defesa Costeira**
Descrição	Criação de um programa anual de observação e de avaliação das estruturas de defesa costeira, nomeadamente nas frentes edificadas em risco
Natureza da Acção	PLAN; ORG
Fundamentação	Prevenção de situações de risco de pessoas e bens
Entidades Responsáveis	T.AOTDR
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	2 anos
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€

Acção/ Projecto 2.4.2

Designação	**Manutenção das Estruturas e Obras Marítimas**
Descrição	Promover a implementação de programas específicos de manutenção e consolidação das estruturas e obras de protecção costeira, nomeadamente esporões, obras aderentes e dunas artificiais
Natureza da Acção	OBRA
Fundamentação	Correcção de situações de risco de pessoas e bens
Entidades Responsáveis	T.AOTDR
Grau de Prioridade	Prioridade 1-2
Horizonte Temporal	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€

Acção/ Projecto 2.4.3

Designação	**Valorização da Faixa Litoral**
Descrição	Acções de requalificação da orla costeira, relacionadas com condições de segurança e de dinâmica do litoral, com programas de relocalização de infra-estruturas e outros equipamentos
Natureza da Acção	OBRA
Fundamentação	Contributo para a sustentabilidade ambiental e para a prevenção de situações de risco de pessoas e bens
Entidades Responsáveis	T.AOTDR; MUN
Grau de Prioridade	Prioridade 1-2
Horizonte Temporal	2009 …
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€

Acção/ Projecto 2.4.4

Designação	**Revisão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira**
Descrição	Rever o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha – Espinho (de acordo com o conteúdo previsto no RJIGT) e elaborar os Planos de Ordenamento dos Estuários, incluindo as zonas sob jurisdição das administrações portuárias, considerando a necessidade de: 1 - Promover a elaboração de esquemas adaptativos de ordenamento que contemplem o previsível agravamento da ocorrência e intensidade das catástrofes (identificação prospectiva de "zonas adjacentes", zonas com restrições à edificabilidade, zonas naturais "tampão", localização "recuada" de infra-estruturas vitais, etc.); 2 - Impedir o alastramento da ocupação urbana e edificada em mancha contínua ao longo da linha de costa, acautelando a existência e a continuidade de áreas naturais, agrícolas ou florestais entre as áreas urbanizadas; 3 - Interditar ou restringir fortemente a impermeabilização do solo e qualquer tipo de construção fixa em áreas de drenagem natural situadas na faixa litoral;
Natureza da Acção	PLAN
Fundamentação	1 - Contributo para a sustentabilidade ambiental e para a prevenção de situações de risco de pessoas e bens; 2 – Dar cumprimento ao RJIGT e ao DL nº 129/2008, de 21 de Julho
Entidades Responsáveis	T.AOTDR
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	2 anos
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€

2.5. Riscos Naturais e Tecnológicos

Acção/ Projecto 2.5.1

Designação	**Avaliação do Risco Sísmico em centros históricos**	
Descrição	Avaliação da vulnerabilidade ao risco sísmico dos centros históricos que, dadas as características arquitectónicas e dificuldades de manutenção se revelem mais susceptíveis a este tipo de processo.	
Natureza da Acção	IMAT, APO	
Fundamentação	Apesar da região norte, no contexto nacional, não apresentarem índices elevados de risco sísmico, quando a análise utiliza uma escala mais detalhada torna-se evidente a necessidade de identificar as áreas construídas que se perfilem ao longo de alinhamentos estruturais mais sensíveis ao risco sísmico. Os centros históricos, tendo em conta o seu valor patrimonial e histórico deverão ser objecto de avaliação prioritária.	
Entidades Responsáveis	MUN, ESUP	
Grau de Prioridade	Elevada	
Horizonte Temporal	2010	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€	QREN

Acção/ Projecto 2.5.2

Designação	**Avaliação do risco de incêndio em centros históricos**	
Descrição	Identificação dos diferentes graus de risco de incêndio nos centros históricos. Esta avaliação deve ter em consideração a definição de diferentes níveis de perigosidade e definição das intervenções a suscitar no sentido de minorar o grau de risco identificado.	
Natureza da Acção	IMAT, APO	
Fundamentação	As dificuldades conhecidas no que se refere ao combate aos incêndios nestas áreas, as características dos diversos tipos de construções e de materiais que constituem as habitações bem como a densidade populacional e tipo de ocupação e funcionalidades justificam a avaliação do grau de risco, essencial para a organização da protecção e do socorro.	
Entidades Responsáveis	MUN, ESUP	
Grau de Prioridade	Elevada	
Horizonte Temporal	2010	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€	QREN

Acção/ Projecto 2.5.3

Designação	**Avaliação do grau de conservação e manutenção de estruturas de barragens monitorizadas regularmente.**
Descrição	Inventário e avaliação das condições de conservação e manutenção de estruturas de contenção hídrica, independentemente do tipo e dimensão. Definição da área afectada por potencial onde de cheia decorrente de rotura.
Natureza da Acção	IMAT, APO
Fundamentação	Uma parte significativa de estruturas de contenção hídrica de dimensões mais reduzidas não tem monitorização e avaliação do grau de conservação. O desconhecimento desta questão é elemento essencial para a avaliação do risco de cheia por rotura parcial ou total de barragem.
Entidades Responsáveis	ARH, INAG, ESUP, MUN
Grau de Prioridade	Elevada
Horizonte Temporal	2010
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€ QREN, PIDAC

Acção/ Projecto 2.5.4

Designação	**Avaliação da perigosidade de cheias em áreas urbanas.**
Descrição	Desenvolver estudos que identifiquem a perigosidade de cheia repentina em meio urbano que conduza à definição do tipo de intervenção mitigadora do risco.
Natureza da Acção	IMAT, ESUP
Fundamentação	São cada vez em número maior as situações decorrente de precipitações intensas que afectam áreas urbanas. Recorrentemente são atribuídas a intervenções desajustadas resultantes de processos de ordenamento do território onde a análise do escoamento decorrente de precipitações extremas não foi considerado. É fundamental proceder a esta avaliação e definir tipos de intervenção a executar.
Entidades Responsáveis	MUN, INAG, ARH, ICT,ESUP
Grau de Prioridade	Elevada
Horizonte Temporal	2010
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€ QREN

Acção/ Projecto 2.5.5

Designação	**Avaliação e identificação das áreas de dinâmica torrencial.**
Descrição	Produzir a cartografia das áreas onde as condições morfológicas, são susceptíveis de promover o escoamento torrencial, em episódios de precipitação de forte intensidade.
Natureza da Acção	IMAT
Fundamentação	Dado que uma parte significativa da dinâmica das cheias repentinas depende das precipitações concentradas no tempo e no espaço, difíceis de prever, torna-se essencial a identificação dos factores permanentes do riscos e das condições morfológicoas que determinam o desenvolvimentos de processos de aceleração dos escoamentos. É necessário, identifidcar sobre o terreno, as áreas mais susceptíveis à promoção desta dinâmica.
Entidades Responsáveis	ARH, MUN, ESUP
Grau de Prioridade	Média
Horizonte Temporal	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€ QREN

Acção/ Projecto 2.5.6

Designação	**Elaboração da cartografia de risco em sede de PMOT**
Descrição	Elaboração da cartografia de risco, com descriminação da susceptibilidade e vulnerabilidade às cheias repentinas, progressivas e a movimentos de vertente.
Natureza da Acção	IMAT
Fundamentação	A gestão de crises resultante da dinâmica do meio físico tem eficácia elevada quando privilegia a prevenção em detrimento da gestão de crise. A prevenção do risco é função primordial do ordenamento do território. Por isso, ele é fundamental para a prevenção de riscos naturais. Sem o conhecimento da susceptibilidade e vulnerabilidade territorial não é possível organizar o território prevenindo o risco.
Entidades Responsáveis	CCDR-N, MUN, ICT, ESUP
Grau de Prioridade	Elevada
Horizonte Temporal	2010
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€ QREN

Acção/ Projecto 2.5.7

Designação	**Definição dos usos compatíveis para cheia repentina, progressiva em sede de PMOT**
Descrição	Elaboração de cartas de uso dos solos para as áreas inundáveis, compatíveis com risco de cheia.
Natureza da Acção	IMAT
Fundamentação	É necessário definir critérios que permitam elaborar uma análise custo/benefício para o uso destes territórios.
Entidades Responsáveis	MUN, ICT, ESUP
Grau de Prioridade	Moderada
Horizonte Temporal	2010
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€ QREN

Acção/ Projecto 2.5.8

Designação	**Criação de sistema de alerta para cheias repentinas em ambiente urbano.**
Descrição	O sistema deverá identificar os zonamentos de maior probabilidade de desenvolvimento deste tipo de processo, identificar a vulnerabilidade de cada um, definir as medidas de intervenção, organizar os procedimentos de protecção e socorro, bem como desenvolver programas de informação e sensibilização. Deverá ser Instalado o radar meteorológico do norte.
Natureza da Acção	IMAT, ORG, APO
Fundamentação	É essencial que a região norte tenha elementos informativos em tempo real para identificar a probabilidade de ocorrência de precipitações intensas e de curta duração com potencial para desenvolver escoamento torrencial em meio urbano. Nesse sentido é fundamental a conclusão da instalação do radar meteorológico na região norte, à semelhança do que ocorre no centro e sul. Paralelamente deverá ser desenvolvida a identificação das áreas urbanas com maior probabilidade de ocorrência de cheia urbana.
Entidades Responsáveis	ARH, INAG, IM, MUN
Grau de Prioridade	Elevada
Horizonte Temporal	2010
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€ PIDAC, QREN

Acção/ Projecto 2.5.9

Designação	**Base de dados da perigosidade associada às indústrias e ao armazenamento e circulação de matérias perigosas.**
Descrição	Criação de um Sistema de Informação Geográfica que identifique e monitorize as o tipo e quantidade de matérias perigosas armazenadas e em circulação, em tempo real, bem como a localização e informação de todos os tipos de indústrias e actividades que possam colocar em perigo as populações e actividades económicas
Natureza da Acção	IMAT, ORG e APO
Fundamentação	É indispensável conhecer este tipo e quantidade de matérias, o seu armazenamento e circulação para prever e minorar o risco a elas associado, organizar os dispositivos de intervenção em caso de acidente e antecipar o perigo de forma a introduzir este conhecimento nas políticas de ordenamento municipal.
Entidades Responsáveis	ANPC, CCDR-N, MUN, Entidades privadas.
Grau de Prioridade	Elevada
Horizonte Temporal	2010
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€ QREN, PIDAC

Acção/ Projecto 2.5.10

Designação	**Revisão de planos de emergência e de ordenamento em coordenação.**
Descrição	A revisão proposta deve centrar-se nas alterações que o ordenamento do território poderá ter na cartografia de risco elaborada.
Natureza da Acção	IMAT
Fundamentação	Os planos Municipais de Emergência deverão ser revistos regularmente, de acordo com a evolução decorrente das diversas intervenções no território, especialmente quando há alterações ao uso do solo.
Entidades Responsáveis	MUN, ANPC
Grau de Prioridade	Moderada
Horizonte Temporal	Periodicidade segundo a lei
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€ QREN.

Acção/ Projecto 2.5.11

Designação	**Implementação da "Cultura do risco".**	
Descrição	Desenvolvimento de um programa que permita difundir junto das instituições, técnicos e populações as noções associasdas ao perigo e ao risco.	
Natureza da Acção	IMAT	
Fundamentação	Torna-se essencial transferir a informação sobre o risco e o perigo para o grande público. A operacionalização dos avisos e alertas e a necessidade do ordenamento do território na prevenção do risco só é eficaz quando houver uma boa identificação e sintonia entre a informação prestada ao público e a identificação do seu significado. A cultura do risco deve estar associada à organização do território, o que determina a obrigatoriedade do conhecimento do risco a todos os níveis de intervenção no terrirtório, desde o técnico que projecta e decide até ao utilizador final, ou seja, das populações.	
Entidades Responsáveis	ANPC, MUN, CCDR-N, ICT, ESUP	
Grau de Prioridade	Moderada	
Horizonte Temporal	-	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€	QREN, PIDAC, Apoios privados.

Acção/ Projecto 2.5.12

Designação	**Desenvolvimento de Sistema de análise e gestão do risco ao nível da região Norte**	
Descrição	Desenvolvimento de um sistema que integre a informação necessária ao desenvolvimento da análise, simulação e gestão da acção de protecção e socorro e disponha de informação relevante de apoio à decisão no âmbito do planeamento ordenamento do território.	
Natureza da Acção	IMAT, APO, ORG.	
Fundamentação	Os processos de ordenamento do território apresentam uma forte interligaçao com os processos de protecçção e socorro ligados à protecção civil. Segundo as novas orientações legais é fundamental a coordenação de intervenções que deverão ser apoiadas preferencialmente em informação e instrumentos de trbalho partilhados. A operacionalização desta partilha de informação, de métodos e de procedimentos só é possível com sistemas integradores da informação e, em simultâneo cosntituam plataformas de trabaho que permitam a cooperação institucional.	
Entidades Responsáveis	MUN, CCDR-N, ICT, ESUP	
Grau de Prioridade	Elevada	
Horizonte Temporal	2010	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€	QREN, PIDAC, Apoios privados.

Acção/ Projecto 2.5.13

Designação	**Avaliação da vulnerabilidade natural dos recursos hídricos subterrâneos à contaminação antrópica na Região Norte.**
Descrição	Avaliação e o estudo da vulnerabilidade intrínseca dos aquíferos à contaminação através de metodologias adaptadas às especificações hidrogeológicas da área da região Norte. Reconhecimento, definição e caracterização das massas de água subterrânea, com base em modelos conceptuais de funcionamento hidráulico. Levantamento e caracterização sistemática de focos potenciais de contaminação e avaliação do seu impacto na qualidade das águas subterrâneas. Identificação de zonas em risco. Definição de estratégias para a sua protecção e remediação. Elaboração de cartografia digital e Integração da informação em bases de dados SIG.
Natureza da Acção	ORG
Fundamentação	O conhecimento da vulnerabilidade dos recursos hídricos subterrâneos é uma ferramenta essencial para a definição de estratégias de exploração e gestão sustentável destes recursos e constitui um instrumento de apoio importante nas tomadas de decisão, em termos de planeamento e do ordenamento do território tendo em vista o desenvolvimento sustentável da região.
Entidades Responsáveis	CCDR-N; ARH-N; MUN; INETI
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	2009-2015
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	1000.000€

3. Sistema Produtivo

3.1. Recursos Geológicos e Hidrogeológicos

Acção/ Projecto 3.1.1

Designação	**Estudo para definição de normas de compatibilização entre a indústria extractiva e a conservação de valores naturais e culturais relevantes**
Descrição	Desenvolver orientações regionais de actuação ao nível do ordenamento do território para a protecção dos recursos geológicos e hidrogeológicos. Caracterização da actividade e consequente regulação em sede de IGT. Face ao papel institucional dos municípios equacionar compatibilização e expansão deste tipo de actividade industrial com a preservação de valores naturais e culturais relevantes.
Natureza da Acção	PLAN
Fundamentação	Contributo para a gestão sustentada dos recursos naturais. Consideração de áreas potenciais para exploração de recursos geológicos e delimitação de áreas de servidão administrativa relativas à actividade industrial.
Entidades Responsáveis	CCDR-N; T.ECON; T.AOTDR
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	2009-2013
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	750.000 €

Acção/ Projecto 3.1.2

Designação	**Recursos Geológicos – Estudo, inventariação e criação de base de dados SIG**
Descrição	Estudo, inventariação, divulgação e sistematização da informação sobre recursos geológicos. Elaboração de cartografia digital e criação de bases de dados actualizáveis de apoio à elaboração de IGT com informação sobre ocorrências minerais e indicação de servidões administrativas existentes.
Natureza da Acção	ORG; PLAN
Fundamentação	Necessidade de garantir e divulgar o conhecimento relativo à geologia do território. Tratamento de dados históricos referentes à indústria extractiva minas e pedreiras). Actualização do nível de conhecimento, permitindo apoiar acompanhamento e optimização das opções tomadas em sede de IGT. Elaboração de estudos tendo em vista evidenciar as potencialidades destes recursos de modo a promover o seu aproveitamento racional. Criação de áreas territoriais de preservação de recursos minerais através de delimitação e regulamentação.
Entidades Responsáveis	CCDR-N; T.ECON; T.AOTDR
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	2009 - 2015
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	1.000.000 €

Acção/ Projecto 3.1.3

Designação	**Estudo de identificação de áreas com interesse geológico e patrimonial e sua divulgação.**
Descrição	Inventariação do património geológico e paleontológico com interesse científico. Inventariação de antigo património mineiro e caracterização da sua importância. Criação de base de dados actualizável de apoio à divulgação de ocorrências e elaboração de IGT,
Natureza da Acção	ORG
Fundamentação	Classificação de património geológico e paleontológico como geomonumento tendo em vista o seu estudo científico, protecção e preservação. Estudo, caracterização e recuperação de antigo património mineiro com interesse patrimonial e científico. Divulgação de informação e integração em base de dados SIG. Integração deste tipo de ocorrências em programas de preservação ambiental e exploração turística.
Entidades Responsáveis	CCDR-N; T.ECON; T.AOTDR
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	2009 - 2015
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	750.000 €

Acção/ Projecto 3.1.4

Designação	**Inventariação de recursos hidrogeológicos reconhecidos e potenciais**, criação de base de dados SIG e/ou adaptação e actualização da base de dados dos recursos termais (termobase) e do Catálogo de Recursos Geotérmicos disponível no site do INETI.
Descrição	Inventariação de recursos hidrogeológicos (hidrominerais, geotérmicos e águas de nascente) reconhecidos e potenciais. Elaboração de fichas tipo contendo a seguinte informação: localização, caracterização, utilizações potenciais, vulnerabilidade e propostas de medidas de minimização de riscos. Sistematização da informação, e criação de bases de dados actualizáveis de apoio à elaboração de IGT. Divulgação à administração local e ao público em geral das potencialidades de cada concelho em recursos hidrogeológicos.
Natureza da Acção	ORG
Fundamentação	Preservação e valorização dos recursos hidrogeológicos
Entidades Responsáveis	CCDR-N; T.ECON;
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	2 anos
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	500.000 €

Acção/ Projecto 3.1.5

Designação	**Recursos geotérmicos – Avaliação das potencialidades geotérmicas da Região Norte**
Descrição	Proceder à inventariação e caracterização dos recursos geotérmicos na região Norte, com vista ao seu aproveitamento.
Natureza da Acção	ORG
Fundamentação	O Aproveitamento geotérmico é um sector, actualmente, em forte expansão. Apresentando a região Norte grandes potencialidades neste recurso, impõe-se um conhecimento mais aprofundado do sector. Esta região constitui um dos potenciais pólos de maior interesse para a implantação de aproveitamentos geotérmicos de baixa entalpia. Contudo, o seu reconhecimento ainda não se reflectiu, até à data, em investimentos em projectos inovadores de exploração geotérmica, devido à inexistência de uma avaliação exaustiva dos recursos geotérmicos de base existentes e a uma reduzida promoção e divulgação das potencialidades dos recursos geotérmicos da região. Com o presente projecto pretende-se inventariar, caracterizar e conceptualizar os recursos disponíveis e os reservatórios geotérmicos. Pretende-se a promoção da utilização dos recursos existentes, integrando a definição de zonas de maior potencial, definindo as actividades em que poderá ser mais vantajosa a utilização de energia geotérmica. A avaliação dos recursos geotérmicos na região Norte será realizada de uma forma multidisciplinar e inovadora. O projecto será desenvolvido em quatro fases: **1 - Caracterização geotérmica regional** Será efectuado o inventário e a caracterização de dados existentes, relacionados com a geologia, a hidrogeologia, a geotermia superficial e crustal, as temperaturas e os caudais medidos em furos serão realizados. Novos dados de temperatura em furos serão obtidos bem como o seu processamento realizado. Far-se-á uma actualização dos mapas de gradiente geotérmico regional e densidade de fluxo de calor à superfície. Implementar-se-á toda a informação obtida e processada num SIG, com vista à elaboração de modelos conceptuais de fluxo de água e calor nas diversas bacias estudadas. **2 - Selecção de zonas -alvo favoráveis para o desenvolvimento de futuras instalações geotérmicas** Esta tarefa será realizada, considerando as diferentes fontes de informação (clima, demografia, potencial geotérmico, etc.) e ferramentas SIG. Para as zonas de maior potencial, quer para a utilização do recurso em usos directos, quer eventualmente, para produção de electricidade, será efectuado um inventário de possíveis utilizadores e definidas actividades económicas cujo recurso à geotermia pareça vantajoso. **(3) Estudos de incidência local** Serão seleccionadas duas ou três áreas para caracterização geológica/hidrogeológica e geotérmica de detalhe, com vista à implantação de explorações geotérmicas. Serão estudados cenários de pré-viabilidade técnica e económica para 2 ou 3 potenciais explorações geotérmicas. **(4) Acções de divulgação** Serão realizadas acções de divulgação/sensibilização com elaboração de documentos de consulta pública, com vista a facilitar a realização de projectos de utilização de energia geotérmica, como mapas de potencial geotérmico, bases de dados e o SIG integrando toda a informação reunida.
Entidades Responsáveis	CCDR-N; T.ECON;
Grau de Prioridade	Prioridade 1
Horizonte Temporal	2 anos
Custo de Referência / Fontes Financiamento	750.000€

3.2. Agricultura e Floresta

Acção/ Projecto 3.2.1

Designação	**Origens de excelência na Região do Norte - Modelo de protecção, valorização e certificação de áreas DOP/IGP**
Descrição	Desenvolvimento de modelos de gestão, certificação e valorização económica-comercial de produtos com origem protegida, com correspondente tradução na defesa das áreas territoriais de origem, através da delimitação e regulamentação em IGT e da aplicação de estratégias de delimitação/defesa no terreno.
Natureza da Acção	Instrumentos Estratégicos, Planeamento, Programação e Marketing Territorial – PLAN/ realização de Estudos projectos - IMAT
Fundamentação	Valorização dos recursos endógenos e promoção da actividade económica em espaço rural. Construção de um cabaz de produtos do Norte, envolvendo, em toda a estratégia de marketing/comunicação, uma forte vinculação destes produtos ao território e encontrado elementos territoriais que tenha notoriedade não só no mercado interno como no mercado externo (em articulação com o aproveitamento de "marcas" com notoriedade já a nível internacional, como são os casos do MPB, DOP, IGP e ETG);
Entidades Responsáveis	CCDRN, DRAP –N, MUN e Agentes Locais
Grau de Prioridade	2-3
Horizonte Temporal	2011-2013
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	….€ QREN / PRODER

Acção/ Projecto 3.2.2

Designação	**Rede de núcleos rurais de excelência**
Descrição	Implementação de uma rede de núcleos-piloto de aglomerados rurais que se possam constituir, nas zonas de baixa densidade, como pólos de segundo nível da rede urbana de âmbito local
Natureza da Acção	Estudo de conceptualização, estabelecimento de planos de desenvolvimento de núcleos rurais de excelência e execução das respectivas infra-estruturas e de outros investimentos públicos e privados
Fundamentação	• Estabelecimento de medidas para a dinamização de uma rede polinucleada de aglomerados rurais associados, à valorização da perfis de especialização produtiva e, em particular, a produções de excelência (numa lógica de sistema produtivo local), promotores da revitalização sócio-económica nos territórios em perda demográfica e em processo de abandono das actividades agro-rurais. • Encontrar novas funções para algumas aldeias e outros pequenos aglomerados rurais (património, turismo de habitação ou de natureza, produtos de excelência, etc) gerando, simultaneamente, um conjunto de "externalidades" resultantes do seu funcionamento em rede.
Entidades Responsáveis	CCDR-N, DRAPN, MUN e Agentes Locais
Grau de Prioridade	2-3
Horizonte Temporal	2009-2011
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	……€ QREN, PRODER e outros recursos públicos e privados

Acção/ Projecto 3.2.3

Designação	**Modelos florestais de excelência da Região do Norte**
Descrição	Modelo de protecção, valorização e Certificação do Montado Transmontano, do Pinhal do Tâmega, do Souto Transmontano- certificação de origem genética, certificação de grupo para 1 área de gestão municipal ou de uma área de gestão associativa, certificação sanitária para povoamentos de pinheiro bravo – Tâmega.
Natureza da Acção	Instrumentos Estratégicos, Planeamento e Programação – PLAN/ realização de Estudos projectos - IMAT
Fundamentação	Entre as medidas de promoção do desenvolvimento rural, importa ensaiar a implementação de modelos de certificação florestal associada às áreas de elevado potencial produtivo e a áreas florestais relevantes identificadas no modelo do PROT-N. Importaria ainda enquadrar estas iniciativas em projectos-piloto que demonstrem a articulação com o ordenamento do território (PDM) e com modelos de gestão municipal ou associativa.
Entidades Responsáveis	CCDR-N, DRAP-N, AFN, Municípios
Grau de Prioridade	2-3
Horizonte Temporal	2010-2013
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	……..€ PRODER, QREN

Acção/ Projecto 3.2.4

Designação	**Rede regional de florestas modelo**
Descrição	Rede regional de florestas modelo de múltiplas funcionalidades: Modelos estruturais, sistemas de gestão produtiva exemplares, modelos de uso múltiplo, Modelos de suporte ao recreio e lazer.
Natureza da Acção	Concessão de apoios e incentivos (técnicos, logísticos e financeiros) – APO; Realização de estudos/projectos acções imateriais – IMAT; Acções materiais-OBRA
Fundamentação	No contexto da valorização do cluster florestal, uma das prioridades estratégicas do Plano de Desenvolvimento rural e do PROT-N, estabelece-se esta proposta de desenvolvimento de uma rede de demonstração de técnicas e modelos de gestão exemplares e viáveis, nas vertentes de produção, de recreio e multifuncional, de preferência em áreas de gestão da AFN ou de Municípios, aproveitando e prolongando a rede de matas modelo definidas nos PROF. Inclui as acções materiais de valorização das áreas florestais-modelo, e as acções de demonstração, comunicação e divulgação.
Entidades Responsáveis	CCDRN, AFN, DRAPN, Municípios
Grau de Prioridade	1-2
Horizonte Temporal	2010-2013
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	……€ PRODER, QREN

Acção/ Projecto 3.2.5

Designação	**Florestas de Protecção**	
Descrição	Projecto piloto de instalação e de gestão florestal com objectivos de protecção do solo e do regime hídrico, em *área estratégica de recarga de aquíferos*- modelo de viabilização económica e internalização de custos ambientais. Incentivo à implementação de estratégias municipais de valorização dos territórios rurais.	
Natureza da Acção	Instrumentos Estratégicos, Planeamento e Programação – PLAN/ realização de Estudos projectos – IMAT; Realização de estudos/projectos acções imateriais – IMAT; Instalação e execução de parcelas de ensaio e demonstração - OBRA	
Fundamentação	A estratégia de valorização dos recursos hídricos e de gestão florestal sustentável carecem de exemplificação e aplicação prática e de suporte nos IGT. Objectiva-se apoiar a instalação e divulgação de um exemplo de boas práticas de gestão florestal em área integrada na RFCN, com funções de protecção do solo e da água, de preferência em espaço de gestão municipal e em coerência com as disposições do PDM.	
Entidades Responsáveis	CCDRN, AFN, DRAPN, Municípios	
Grau de Prioridade	1-2	
Horizonte Temporal	2010-2013	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€	QREN, PRODER

Acção/ Projecto 3.2.6

Designação	**Rede Primária de DFCI da Região do Norte**	
Descrição	Definir e estabelecer a Rede Primária de FGC (protocolo entre CCDRN/AFN e DRAPN) delimitação e integração nos PMOT; ensaio de modelos de manutenção de longo prazo e custos mínimos	
Natureza da Acção	Instrumentos Estratégicos, Planeamento e Programação – PLAN/ realização de Estudos projectos – IMAT; Realização de estudos/projectos acções imateriais – IMAT; Instalação e execução de parcelas de ensaio e demonstração - OBRA	
Fundamentação	Dando resposta a uma das prioridades estratégicas para o sector florestal - a redução do risco de incêndio, redução do risco de incêndio florestal, do nº de ignições e da área ardida na Região do Norte, elege-se a definição da Rede Primária, em articulação com a AFN, tendo em vista a articulação com o ordenamento do território (como Servidão), a viabilidade das actividades rurais tradicionais e o ensaio de técnicas e práticas sustentáveis.	
Entidades Responsáveis	CCDRN, AFN, DRAPN, Municípios	
Grau de Prioridade	1	
Horizonte Temporal	2009-2011	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	800.000 €?	PRODER, QREN/GAEPC

Acção/ Projecto 3.2.7

Designação	**Defesa da Floresta Contra Incêndios**	
Descrição	Projecto-piloto de estabelecimento de Faixas de Gestão de Combustível (FGC) de aglomerados; delimitação e integração nos PMOT; ensaio de modelos de manutenção de longo prazo e custos mínimos	
Natureza da Acção	Instrumentos Estratégicos, Planeamento e Programação – PLAN/ realização de Estudos projectos – IMAT; Realização de estudos/projectos acções imateriais – IMAT; Instalação e execução de parcelas de ensaio e demonstração - OBRA	
Fundamentação	Em complemento do Projecto 3.2.5, elege-se a estabilização da interface urbano rural como uma medida fundamental para a concretização do objectivo estratégico de redução do risco de incêndio florestal, do nº de ignições e da área ardida na Região do Norte. O ensaio de metodologias de planificação em PDM e de estabilização, a longo prazo, das FGC em aglomerados populacionais, cumpre simultaneamente o objectivo de estabilização de metodologias de abordagem desta determinação legal em PDM. Área de incidência prioritária: AMP, Norte Litoral	
Entidades Responsáveis	CCDRN, AFN, Municípios	
Grau de Prioridade	1	
Horizonte Temporal	2009- 2011	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	…€	PRODER

Acção/Projecto 3.2.8

Designação	**Desenvolvimento sustentável das actividades agro-industriais intensivas**	
Descrição	Elaboração e implementação dos Planos Regionais de Gestão Integrada para os NAP 1, 2 e 3	
Natureza da Acção	Elaboração de Planos Regionais de Gestão Integrada, constituição do modelo de governação da parceria a constituir para a sua implementação e execução das respectivas infra-estruturas e de outros investimentos (internos e externos às explorações agrícolas)	
Fundamentação	• Necessidade de se assegurarem melhores condições ambientais em certas zonas com maiores níveis de intensificação da actividade agrícola e/ou mais sensíveis do ponto de vista ambiental; • Valorizar economicamente os espaços rurais, enquanto territórios suportados em actividades agrícolas viáveis e competitivas, como é o caso da pecuária de leite. • Assegurar a reconversão ambiental de muitas das actividades agro-industriais, reduzindo, em simultâneo, os "custos de transacção" desse processo	
Entidades Responsáveis	CCDR-N, ARH, DRAPN, MUN, Associações socioeconómicas e socioprofissionais do sector	
Grau de Prioridade	1 (para o PRGI do NAP 1) e-2 (para os PRGI dos NAP 2 e 3)	
Horizonte Temporal	2009-2011	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	……€	ENEAPAI – Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-pecuários e Agro-industriais (PRODER, QREN e outros recursos públicos e privados)

Acção/ Projecto 3.2.9

Designação	**Regulação de usos na Bacia Leiteira**
Descrição	Elaboração de regras de salvaguarda da superfície agrícola e compatibilização com a ocupação urbana na BLPEDM – transposição para os PMOT.
Natureza da Acção	Instrumentos Estratégicos, Planeamento e Programação – PLAN/ realização de Estudos projectos – IMAT; Realização de estudos/projectos acções imateriais – IMAT;
Fundamentação	A concretização das acções do Plano de Ordenamento da Bacia Leiteira Primária do Entre Douro e Minho carece de suporte no regime de uso e ocupação do solo estabelecido em PMOT. Propõe-se definir critérios e regras urbanísticas e de qualidade ambiental para esta zona específica, para garantir a sustentabilidade da actividade agrícola defendendo a SAU e a qualidade dos recursos hídricos.
Entidades Responsáveis	CCDR-N, DRAPN, Municípios
Grau de Prioridade	1-2
Horizonte Temporal	2009-2011
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	……€ PRODER, PIDDAC

Acção/ Projecto 3.2.10

Designação	**Proposta de alteração do regime tributário do solo rural**
Descrição	Propor a adequação do regime tributário do solo rural e dos sistemas de incentivos exploração activa dos recursos endógenos, agrícolas ou florestais e à defesa das á produtivas ou à internalização de custos ambientais.
Natureza da Acção	Instrumentos Legais / Regulamentares – NJ
Fundamentação	A concretização das opções estratégicas para o espaço rural depende da aplicação Administração Pública, Central e Local, de medidas de política fiscal coerentes. Def a criação e implementação de sistemas de bonificação fiscal associados aos investi que materializem as orientações estratégicas para o solo rural nas áreas relevantes estratégicas. Objectiva-se propor modelos para a revisão e aplicação de regime tributário que pre gestão activa e o emparcelamento e penalize o abandono ou artificialização do solo sede de IRS, IMI e IMT, através, respectivamente, da redução / isenção ou do agra da carga fiscal.
Entidades Responsáveis	CCDR-N, MF, AMP, Municípios
Grau de Prioridade	1
Horizonte Temporal	2009-2010
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	……€ PIDDAC

3.3 Turismo

Acção/ Projecto 3.3.1

Designação	**Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro 2007-2013**	
Descrição	Promover a implementação do PDTVD 2007-2013, nomeadamente, (i) através de projectos de natureza infraestrutural que contribuam decisivamente para a qualificação e valorização da oferta turística do Destino Douro e, assim, sejam criadas e melhoradas as condições de suporte e de contexto ao desenvolvimento turístico sustentável desta Região; (ii) projectos de natureza imaterial que contribuam para a promoção e animação turística do território e para a reflexão prospectiva em torno de temas chave para o desenvolvimento turístico do Douro e (iii) iniciativas de natureza empresarial para a qualificação e dinamização da oferta turística no Vale do Douro (assumindo as "Quintas do Douro" um papel fundamental no quadro da oferta turística regional).	
Natureza da Acção	Plano Estratégico - iniciativas de natureza infraestrutural, imaterial e empresarial	
Fundamentação	Destino turístico prioritário – identificado no PENT – Plano Estratégico Nacional de Turismo e na Agenda Regional de Turismo. O PDTVD 2007-2013 constitui um instrumento de planeamento estratégico focalizado especificamente no desenvolvimento turístico da Região, contribuindo, deste modo, (nos termos do previsto na RCM que aprova o Plano Estratégico Nacional de Turismo) para a afirmação do Douro como um «Pólo turístico de projecção internacional, fazendo do turismo uma alavanca para o desenvolvimento socio-económico da Região».	
Entidades Responsáveis	CCDRN/Estrutura de Missão do Douro e actores com atribuições no desenvolvimento turístico do território	
Grau de Prioridade	1	
Horizonte Temporal	2007-2013	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€	QREN/ Programas Operacionais Temáticos e Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 – ON.2

Acção/ Projecto 3.3.2

Designação	**Promoção da Marca Porto e Norte de Portugal**	
Descrição	Promoção do Porto e Norte de Portugal (PNP) abrangendo, designadamente, acções de promoção turística, quer no mercado nacional, quer no mercado internacional, da Marca PNP e dos seus 4 Destinos (Porto, Minho, Douro e Trás-os-Montes) e dos principais produtos turísticos da Região do Norte estabelecidos na Agenda Regional de Turismo, concretizáveis através de, por exemplo, participação em feiras, sessões de informação e seminários dirigidos a profissionais do sector e "opinion makers", a concepção e execução de campanhas de imagem e de suportes informativos e promocionais e o desenvolvimento de iniciativas de animação turística que contribuam para a promoção turística da Região.	
Natureza da Acção	Iniciativas de natureza imaterial	
Fundamentação	O Marketing e Promoção Turística Regional constitui uma prioridade estratégica regional, traduzida na Agenda Regional de Turismo – Plano de Acção para o Turismo do Norte de Portugal. Esta prioridade encontra-se também prevista no Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013	
Entidades Responsáveis	CCDRN e actores com competências na promoção turística do território	
Grau de Prioridade	1	
Horizonte Temporal	2007-2013	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€	QREN/ Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 – ON.2

Acção/ Projecto 3.3.3

Designação	**Escola de Hotelaria e Turismo do Porto**	
Descrição	Criação da nova Escola de Hotelaria e Turismo do Porto (construção)	
Natureza da Acção	Qualificação de Recursos Humanos - Projecto de natureza infraestrutural	
Fundamentação	A qualificação de Recursos Humanos em Turismo e Hotelaria constitui uma prioridade estratégica do PENT – Plano Estratégico Nacional de Turismo e da Agenda Regional de Turismo – Plano de Acção para o Turismo do Norte de Portugal.	
Entidades Responsáveis	Turismo de Portugal	
Grau de Prioridade	1	
Horizonte Temporal	2009-2011	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€	QREN/ Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013

Acção/ Projecto 3.3.4

Designação	**Escola de Hotelaria e Turismo de Sta. Maria da Feira**	
Descrição	Criação da nova Escola de Hotelaria e Turismo de Sta. Maria da Feira	
Natureza da Acção	Qualificação de Recursos Humanos - Projecto de natureza infraestrutural	
Fundamentação	A qualificação de Recursos Humanos em Turismo e Hotelaria constitui uma prioridade estratégica do PENT – Plano Estratégico Nacional de Turismo e da Agenda Regional de Turismo – Plano de Acção para o Turismo do Norte de Portugal.	
Entidades Responsáveis	Turismo de Portugal	
Grau de Prioridade	1	
Horizonte Temporal	2009-2011	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento	€	QREN/ Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 – ON.2

Acção/ Projecto 3.3.5

Designação	**Desenvolvimento do Turismo de Saúde e Bem-Estar – produto turístico prioritário**	
Descrição	Requalificação e Valorização das vilas de Vidago e do Gerês, promovendo a criação de duas Vila Termais de Excelência na Região do Norte Requalificação de outras estâncias termais relevantes (incluindo envolventes) Sinalização turística específica da Rede de estâncias termais da Região do Norte Promoção das Termas do Norte de Portugal tendo em vista a afirmação do Turismo de Saúde e Bem-Estar	
Natureza da Acção	Iniciativas de natureza infraestrutural e imaterial	
Fundamentação	O Turismo de Saúde e Bem-Estar é um produto turístico prioritário para a Região do Norte e que está traduzido no PENT – Plano Estratégico Nacional de Turismo e na Agenda Regional de Turismo – Plano de Acção para o Turismo do Norte de Portugal. O Norte de Portugal é a Região do País com maior oferta de estâncias termais e que possui Vilas de Excelência neste domínio (como sendo, Vidago e Gerês) e projectos privados neste domínio de elevada qualidade. As potencialidades deste produto turístico, exigem acções de valorização e promoção.	
Entidades Responsáveis	CCDRN/ Turismo de Portugal/ Municípios/Balneários Termais	
Grau de Prioridade	1	
Horizonte Temporal	2009-2011	
Custo de Referência / Fontes de Financiamento		QREN/ Programas Operacionais Temáticos e Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 – ON.2